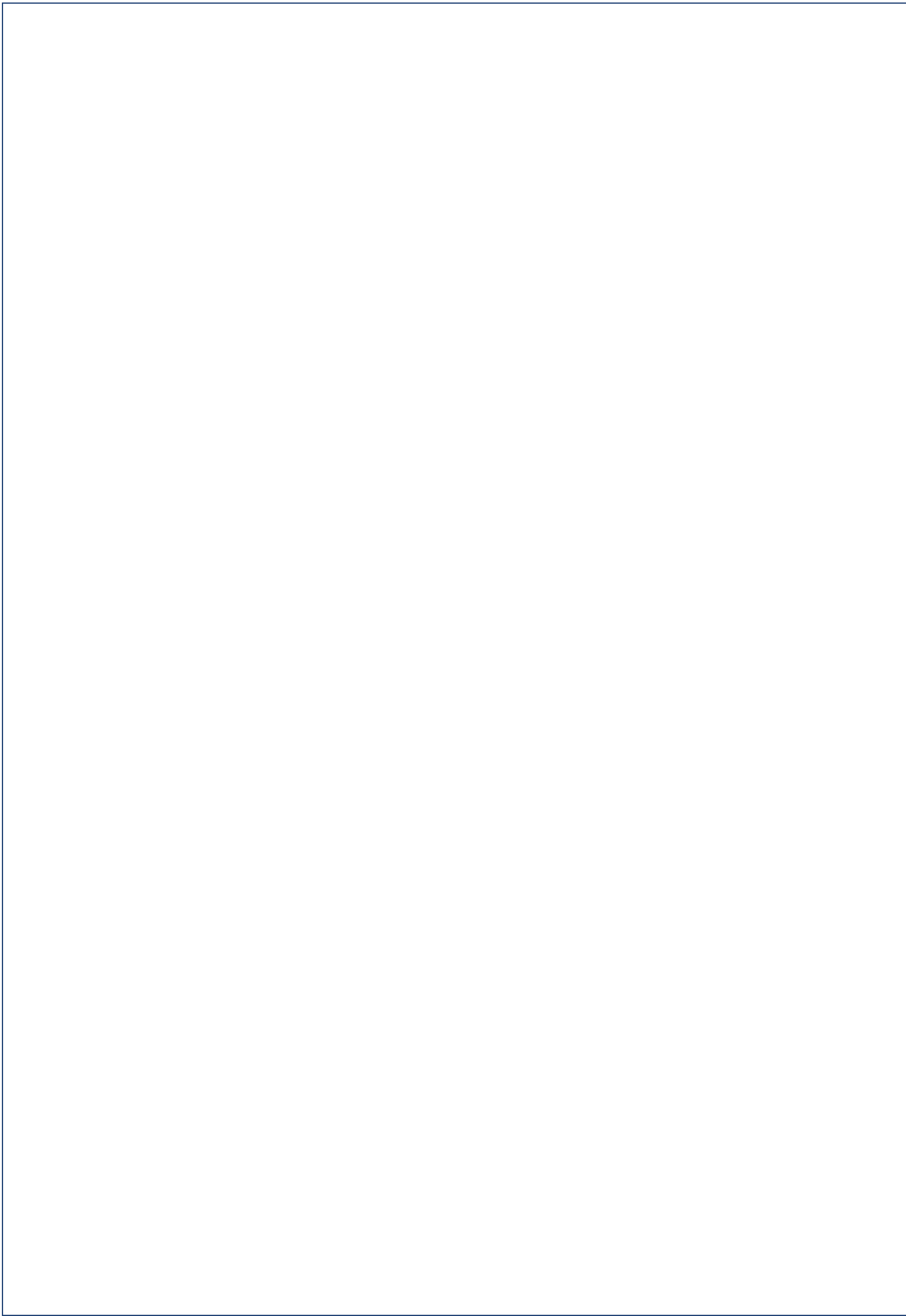


Monitorização do ITI Mar 2018

Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento no Mar



FICHA TÉCNICA*

Direção-Geral de Política do Mar

Vanda Dores (coordenação)
Vasco Mendes
Carla Frias
Miguel Fonseca (capa)

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

Carla Leal (Representante da AD&C na Comissão)
Cristina Farinha
Ana Mouraz

COMPETE 2020

Jorge Abegão (Representante do COMPETE 2020 na Comissão)

PO ISE

Domingos Lopes (Representante do PO ISE na Comissão)

PO CH

Joaquim Bernardo (Representante do PO CH na Comissão)
Ana Salvado
Liliana Pereira de Melo

PO SEUR

Pedro Cardoso (Representante do PO SEUR na Comissão)
Catarina Rodrigues
Valdemar Machado

NORTE 2020

Paulo Santos
Paula Lopes

CENTRO 2020

Jorge Brandão (Representante do PO Centro 2020 na Comissão)
Joaquim Felício

Lisboa 2020

Teresa Almeida (Representante do PO Lisb@2020 na Comissão)
Ana Ramos
Graça Carvalho

ALENTEJO 2020

Roberto Pereira Grilo (Representante do PO Alentejo 2020 na Comissão)
Joaquim Fialho
Nelson Faustino

CRESC ALGARVE 2020

Francisco Serra (Representante do PO Algarve CRESC 2020 na Comissão)
Isabel Beja

AÇORES 2020

Rui Amann (Representante do PO Açores 2020 na Comissão)
Filipe Porteiro (Representante da RAA na Comissão)

Madeira 14-20

Catarina Campos (Representante do PO Madeira 14-20 na Comissão)
Graça Gonçalves
Manuel Ara Oliveira (Representante da RAM na Comissão)

MAR 2020

Dina Ferreira (Representante do PO MAR 2020 na Comissão)
Sibila Medina

EA

Sandra Silva (Representante do EA na Comissão)
Ismael Morán-García
Sylvia Pichler
Carla Guimarães

CITAÇÃO:

Comissão de Implementação do Investimento Territorial Integrado Mar, *Monitorização do ITI Mar 2018 - Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Mar*, dezembro 2019.

EDIÇÃO:***Direção-Geral de Política do Mar***

Rua Dr. Alfredo Magalhães Ramalho N.º 6

1495-006 Lisboa – Portugal

TEL +351 218 291 000

E-MAIL geral@dgpm.mm.gov.pt

WEB www.dgpm.mm.gov.pt

TWITTER @DGPM_Portugal

FACEBOOK www.facebook.com/DGPMPortugal



ÍNDICE

SUMÁRIO.....	9
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO	13
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE MONITORIZAÇÃO DO ITI MAR.....	15
Capítulo 2.1 – Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020	15
Capítulo 2.2 – Metodologia de monitorização estratégica, dos resultados e das realizações	15
CAPÍTULO 3 - MONITORIZAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA OS OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR 2013-2020	23
Capítulo 3.1 – Monitorização Estratégica	23
Capítulo 3.2 – Monitorização de Resultados e Realizações.....	24
Capítulo 3.2.1 - Identificação e caracterização das operações aprovadas	24
Capítulo 3.2.2 - Monitorização do investimento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no mar	36
Capítulo 3.2.3 - Monitorização das realizações dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no mar	47
CAPÍTULO 4 - MONITORIZAÇÃO DO CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020, PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERREG V-A MADEIRA, AÇORES E CANÁRIAS E DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO PARA O PLANO DE AÇÃO PARA O ATLÂNTICO.....	51
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
ANEXO I – ALINHAMENTO ENTRE A ESTRATÉGIA NACIONAL PARA O MAR 2013-2020 E AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO PORTUGAL 2020.....	57
ANEXO II– CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS ÁREAS/SETORES DE INVESTIMENTO NO ITI MAR E OS AGRUPAMENTOS DE ATIVIDADE ECONÓMICA DA CONTA SATÉLITE DO MAR (CSM)	61
ANEXO III– RESULTADOS DOS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO NO MAR.....	63
ANEXO IV - ALINHAMENTO ENTRE AS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO, FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO E AS PRIORIDADES DO FUNDO EUROPEU DOS ASSUNTOS MARÍTIMOS E DAS PESCAS COM AS PRIORIDADES E OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO DE AÇÃO PARA O ATLÂNTICO	73
ANEXO V – REALIZAÇÕES CONTRATUALIZADAS NAS OPERAÇÕES MAR APOIADAS PELO PORTUGAL 2020	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Número de Operações Mar aprovadas por Fundo	25
Figura 2 – Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático	27
Figura 3 – Número de Operações Mar aprovadas por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar	28
Figura 4 – Número de Operações Mar aprovadas por NUTS II.....	29
Figura 5 - Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático no MAR 2020	32
Figura 6 - Número de Operações Mar aprovadas por sector económico ou área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020.....	32
Figura 7– Número de Operações Mar aprovadas por tipologia de operação (artigo e alínea do FEAMP) no MAR 2020	34
Figura 8 - Número de Operações Mar aprovadas por NUTS II, no MAR 2020.....	35
Figura 9 – Percentagem do Investimento aprovado em Operações Mar por Fundo	37
Figura 10– Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado	39
Figura 11 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)	40
Figura 12 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Sector económico ou área de investimento na Economia do Mar.....	41
Figura 13 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado	42
Figura 14 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por sectores económicos / área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020	44
Figura 15 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por eixo prioritário do MAR 2020	45
Figura 16 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado pelo MAR 2020	46
Figura 17 – Número de Operações Mar aprovadas por objetivos específicos do PAA (EMUEAA)	52
Figura 18 – Investimento em Operações Mar aprovadas por objetivos específicos do PAA (EMUEAA).....	53

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Operações Mar aprovadas por Fundo e Programa	24
Tabela 2 - Número de Operações Mar aprovadas por Programa	26
Tabela 3 – Número total de Operações Mar aprovadas por Natureza jurídica do promotor	30
Tabela 4- Cessações temporárias, imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às RA por Prioridade de Investimento (EP do Mar2020), Setor económico ou área de investimento e NUTS II	31
Tabela 5– Número de Operações Mar aprovadas por eixo prioritário no MAR 2020	33
Tabela 6 – Quadro síntese do Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado	36
Tabela 7 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Programa Operacional ..	38
Tabela 8 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por sectores económicos ou área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020	43
Tabela 9- Contributo do Portugal 2020, EA e MAC para as Prioridades do PAA (EMUEAA)	51
Tabela 10 - Intensidade de alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020	57
Tabela 11 - Correspondência entre as áreas/sectores de investimento no ITI Mar e os agrupamentos de atividade económica da CSM	61
Tabela 12 - Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático (Portugal 2020) e por Prioridade (EA) ..	63
Tabela 13 – Número de Operações Mar aprovadas por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar	64
Tabela 14– Número de Operações Mar aprovadas por região NUTS II	65
Tabela 15- Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático no MAR 2020	65
Tabela 16– Número de Operações Mar aprovadas por tipologia de operação (artigo e alínea do FEAMP) no MAR 2020	66
Tabela 17 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)	67
Tabela 18- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar	68
Tabela 19- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por eixo prioritário do MAR 2020	69
Tabela 20- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por artigo e alínea do FEAMP MAR 2020	70
Tabela 21 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)	71
Tabela 22 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por natureza do beneficiário	72
Tabela 23 - Contributo do Portugal 2020, do MAC e do EA para os objetivos específicos do PAA (EMUEAA)	72

Tabela 24 - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão e as prioridades do FEAMP com as prioridades e os objetivos específicos do PAA (EMUEAA).....	73
Tabela 25 – Realizações contratualizadas pelos Programas Operacionais no conjunto de Operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2018	79

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AÇORES 2020	Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.
ALENTEJO 2020	Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020
CAE	Classificação de Atividade Económica
CENTRO 2020	Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020
COMPETE 2020	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
CRESC ALGARVE 2020	Programa Operacional Regional do Algarve 2014-2020
CSM	Conta Satélite do Mar
DGPM	Direção-Geral de Política do Mar
DQEM	Diretiva Quadro Estratégia Marinha
EA	Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico
EMUEAA	Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico
ENEI	Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
ENM 2013-2020	Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020
EREI	Estratégias Regionais de Especialização Inteligente
FC	Fundo de Coesão
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FSE	Fundo Social Europeu
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&I	Investigação e Inovação
I&D&I	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITI Mar	Investimento Territorial Integrado Mar
Lisb@2020	Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020
MAC 2014-2020	Programa de Cooperação INTERREG V A Madeira, Açores e Canárias
MADEIRA 14-20	Programa Operacional Regional da Madeira 2014-2020
MAR 2020	Programa Operacional para os Assuntos Marítimos e das Pescas
NORTE 2020	Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020
NUTS	Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos
OT	Objetivo Temático / Objetivos Temáticos
PAA	Plano de Ação para o Atlântico

PCP	Política Comum das Pescas
PI	Prioridades de Investimento
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMI	Política Marítima Integrada
PO	Programa Operacional
PO CH	Programa Operacional Capital Humano
PO ISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PORTUGAL 2020	Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
RA	Região Autónoma
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RN2000	Rede Natura 2000
RTE- T	Rede Transeuropeia de Transportes
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SIC	Sítios de Importância Comunitária
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação

Sumário

O Investimento Territorial Integrado Mar (ITI Mar), previsto no modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e publicado através do Decreto-Lei N.º 137/2014, de 12 de setembro, tem como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar.

A sua implementação é assegurada por uma Comissão, coordenada pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), e composta pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (AD&C), pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Mar 2020 e pelas autoridades de gestão dos programas operacionais temáticos, programas operacionais regionais do Continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico (EA).

A monitorização integrada da utilização dos FEEI compreende as seguintes vertentes:

- Monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar;
- Monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar.

Em matéria de **monitorização estratégica** e do contributo destes fundos para a concretização das prioridades da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, os principais indicadores socioeconómicos da Economia do Mar perspetivam uma evolução positiva. Importa salientar:

- Em 2013, o VAB da Economia do Mar representou cerca de 3,1% do VAB Nacional e 3,8% do Emprego. No período em análise, o desempenho da Economia do Mar foi superior ao da economia nacional, em termos médios (Conta Satélite do Mar (CSM), 2010-2013, INE/DGPM);
- O número de empresas cuja atividade principal se enquadra nas principais atividades da Economia do Mar tem vindo a aumentar. Em 2018, existiam 40.203 empresas ativas nestas atividades, mais do dobro das ativas em 2010 (15.167), que empregaram quase 127 mil indivíduos (+56% face a 2010) e geraram um valor acrescentado bruto superior a 3.358 milhões de euros, o que traduziu uma taxa de crescimento anual de cerca de 9%, entre 2010-2018 (Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE);
- Em 2018, estas empresas apresentaram uma produtividade aparente do trabalho superior à média das empresas portuguesas, ultrapassando os 26,5 mil euros por trabalhador (24,3 mil euros/trabalhador para a média nacional). Em 2010, este indicador (21,2 mil euros/trabalhador) era inferior à média nacional (22,8 mil euros/trabalhador) (Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE).

De acordo com a **monitorização da execução dos programas operacionais** foram aprovadas, até 31 de dezembro de 2018¹, 4.012 operações na área do mar no âmbito do Portugal 2020, do Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico (EA) e do Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira, Açores e Canárias (MAC), das quais 2.601 pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) (64,8%), 1.194 pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) (29,8%), 131² pelo Fundo Social Europeu (FSE) (3,3%) e 86 pelo Fundo de Coesão (FC) (2,1%).

A nível do número de operações aprovadas por programa operacional (PO), o MAR 2020 destaca-se com 64,8% do total de aprovações, enquanto que os PO regionais foram responsáveis por 24,1% das aprovações, com o PO AÇORES 2020 (AÇORES 2020) a liderar com 7,7 % das aprovações na área do Mar. Os PO temáticos aprovaram 9,5% das Operações Mar, destacando-se o COMPETE 2020 (7,1%).

A análise das **operações aprovadas por setores da economia do mar**, classificados de acordo com a respetiva categorização na CSM, permite verificar que:

- Mais de metade das Operações Mar aprovadas (56,5%) destinou-se ao apoio de projetos relacionados com a "Pesca e comercialização dos seus produtos". Das 2.268 operações apoiadas neste setor, cerca de 83% enquadrou-se no apoio a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades da pesca e de compensações às Regiões Autónomas pelo FEAMP;
- Seguiram-se as atividades de "I&D&I", com 13,7% (549);
- O "Turismo Costeiro (Alojamento)" representou cerca de 9,1%;
- A componente de "Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação" apresenta também um número considerável de operações, com mais 113 operações aprovadas (2,8%). Para esta contabilização, apenas são consideradas operações 100 % Mar aprovadas ao abrigo dos OT 3, OT 8 e OT 10 do Portugal 2020 e Prioridade 1 do EA. O MAR 2020 é responsável por 23,8% das operações aprovadas nesta área (27 operações, que se enquadram no Eixo Prioritário 4 do FEAMP, "Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC)", relativas a apoios a iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária no âmbito de estratégias integradas dos GAL-Pesca;
- As operações aprovadas no quadro da "Transformação dos produtos da pesca" e da "Aquicultura", representaram 4,3% das aprovações (90 e 84 operações, respetivamente), ocupando os sexto e sétimo lugar do ranking.

¹ Data da última atualização dos dados: 10 de dezembro de 2019.

² Operações 100% mar.

A territorialização das operações aprovadas evidencia que o maior número de aprovações ocorre nos Açores (41,4 %), seguido pelo Norte (14 %), Centro (10,8 %), Algarve (10,7%), Área Metropolitana de Lisboa (7,7 %) e Madeira (6,6 %). As operações multirregionais representam 5,2 %, seguidas pelo Alentejo (2,2 %), e por último há um conjunto de operações que são transnacionais (1,6 %), apoiadas pelo EA.

Considerando a distribuição das **operações aprovadas** pelo Mar 2020 **por Eixo Prioritário**, constata-se que:

- 61,7% das operações aprovadas (1604) se enquadram no Eixo Prioritário 5 “Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura”. Seguem-se as operações enquadradas no Eixo Prioritário 1 “Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva” (760 operações, 29,2%);
- Das 1914 Operações Mar aprovadas relativas a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e a compensações às RA, 78,6% respeitaram a compensações às RA, 20,6% a cessações temporárias e os remanescentes 0,8% a imobilizações definitivas (estas últimas todas na Região Norte).

No que se relaciona com a monitorização do investimento realizado em Operações Mar no contexto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), e de acordo com os indicadores financeiros apurados até à data de 31 de dezembro de 2018, foram aprovados pelo Portugal 2020, pelo EA e pelo MAC, **1.902,8 milhões de euros de investimento total** dedicados a operações Mar, a que corresponde um **investimento elegível de 1.602,3 milhões de euros** e a um **montante de fundos comunitários de 1.102,2 milhões de euros**.

A sua distribuição **por fundo, PO ou região**, é a seguinte:

- O FEDER ocupa a primeira posição, contando com 57,7 % do total do investimento Mar;
- Em segundo lugar aparece o FEAMP, garantindo 21,8 % do investimento total das operações na área do mar;
- O FSE aparece em quarto lugar do total de investimento de apoio às Operações Mar, para o qual contribui com 6,9%;
- O FC contribui para 18,1% do financiamento comunitário às Operações Mar e 13,5% do total do investimento. O FC apoiou 86 operações com um financiamento na ordem dos 199,9 milhões de euros, destacando-se as 4 operações da atividade “3 - Portos, transportes e logística” nos Açores, devidamente enquadradas no “OT 07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”, com um investimento total de 85,7 milhões de euros (64,5% no total do investimento da atividade em questão) e 72,2 milhões de euros de financiamento comunitário;

- Os PO temáticos destacam-se no investimento a Operações Mar, com o COMPETE a ocupar o primeiro lugar, com 26,6% do total do financiamento e o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 9,2%;
- A territorialização das operações aprovadas neste período evidencia que as 3 regiões que apresentam maior investimento total em operações na área do mar são os Açores, o Centro e a Área Metropolitana de Lisboa, que perfazem um total de 51,6%;
- Considerando as várias áreas da economia do mar, categorizadas de forma análoga à adotada pela CSM, verifica-se que a área de “I&D&I” é aquela que mais predomina na estrutura de financiamento (19,5%), apesar de ser a área “Turismo Costeiro (Alojamento)” a que apresentou o maior valor de investimento total (23,8%) e de investimento elegível (20,8% do total).
- O MAR 2020 justifica uma análise mais detalhada uma vez que é único PO que dispõe de dotação especificamente dedicada à área do mar:
 - Cerca de 74,2% do investimento total das operações apoiadas pelo Mar 2020 foi efetuado pelas 3 atividades da fileira do pescado, com a “Transformação dos produtos da pesca” a representar 33,2%, a “Pesca e comercialização de seus produtos” 25% e a “Aquicultura” 16,1%;
 - Os principais sectores económicos ou áreas de atividade da economia do mar financiados pelo MAR 2020 foram a “Pesca e comercialização dos seus produtos” (30,8%), a “Transformação dos produtos da pesca” (24,6%), “Outros serviços marítimos” (13,6%) e a área de “I&D&I” (12,3%);
 - A dotação de fundo atribuída ao PO Mar 2020 corresponde a 1,5% da dotação global estabelecida para o PT2020. Por outro lado, o total de financiamento concedido pelo PO Mar 2020 corresponde a cerca de 1,2% do total de financiamento comunitário previsto no Acordo de Parceria.

Analisa-se, também, o contributo dos PO temáticos e regionais, EA e MAC para a implementação do Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA):

- Das 4.601 Operações Mar aprovadas, 1.839 contribuíram para a EMUEAA, com um investimento total de 1.638,7 milhões de euros (86,1% do investimento total aprovado). O montante de fundos comunitários atribuídos a estas operações representou 82,2% do total de fundos comunitários atribuídos às Operações Mar.
- Destaca-se a Prioridade 1 “Promover o empreendedorismo e a inovação”, com mais de metade (58,2%) do número de operações aprovadas, bem como do investimento total (52,9%), do investimento elegível (54,4%) e do fundo aprovado (54,6%);
- As operações cujo objetivo se enquadra nas medidas “preservar e promover o património cultural do Atlântico” e “estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica” concentraram o maior volume de financiamento (26,4% e 24,1%, respetivamente).

Capítulo 1 - Enquadramento

O Investimento Territorial Integrado Mar (ITI Mar), previsto no Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia (PORTUGAL 2020), e relativo à programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para o período 2014-2020, tem como finalidade a operacionalização da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM 2013-2020) no quadro do modelo de governação dos FEEI. Ficou estabelecido que este Investimento Territorial Integrado, de carácter excecional, poderia ser objeto de cofinanciamento comunitário mono ou plurifundo por parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC) ou do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Conforme expresso no Acordo de Parceria, “as prioridades políticas da União Europeia estabelecidas no documento “Europa 2020” terão concretização na componente mar e oceanos através da Política Marítima Integrada (PMI) e na Bacia do Atlântico através da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA) e respetivo Plano de Ação para o Atlântico (PAA). Em Portugal, a dimensão do território, no que respeita às áreas costeira e marítima, assume particular relevância, devendo ser olhada numa ótica integrada e em todas as suas potencialidades, recursos e desafios. A ENM 2013-2020 é o instrumento de política pública que apresenta a visão para aquele período, onde é expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar de forma sustentável o seu potencial de longo prazo. Tendo em consideração o caráter transversal desta Estratégia, parte da sua concretização passa não só pelo apoio proporcionado pelo FEAMP, mas também pela mobilização dos Fundos da Política de Coesão”.

No atual quadro comunitário de apoio, a regulamentação europeia dá particular atenção ao contributo que os FEEI têm para a concretização das estratégias macrorregionais e estratégias das bacias marítimas, de que a EMUEAA é um exemplo com grande relevância para Portugal.

O ITI Mar é o instrumento para a coordenação entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO), quer no que se refere ao acompanhamento e promoção de resultados na área do mar, quer na sua relação com a CE, quando estiver em causa a explicitação do contributo dos FEEI com ações na área do mar para a concretização de estratégias macrorregionais e da Bacia do Atlântico.

Em termos da regulamentação nacional, a criação do ITI Mar está prevista no modelo de governação dos FEEI, publicado através do Decreto-Lei N.º 137/2014, de 12 de setembro. O ITI Mar foi regulamentado posteriormente através do Decreto-Lei N.º 200/2015, de 16 de setembro, tendo como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar, em consonância com as prioridades definidas no âmbito da ENM 2013-2020.

A implementação do ITI Mar é assegurada por uma Comissão, coordenada pela Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), e composta pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (AD&C), pela Autoridade de Gestão do Mar 2020 e pelas autoridades de gestão dos programas operacionais temáticos, programas operacionais regionais do continente, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e do EA. Estão envolvidos os programas operacionais (PO) cujos objetivos e realizações

tenham reflexo e impacto na temática do mar, sendo de realçar que o ITI Mar, enquanto instrumento, não tem qualquer dotação financeira associada, qualquer que seja o fundo em causa, sendo o financiamento a operações realizado através dos procedimentos desenvolvidos pela normal implementação dos PO.

Um dos documentos de referência do Plano de Ação da ENM 2013-2020 (Plano Mar Portugal), é o Quadro de Referência do ITI Mar, entretanto desenvolvido e publicado pela Comissão de Implementação do ITI Mar.

O Quadro de Referência do ITI Mar definiu a metodologia a ser seguida pelos PO para a identificação e monitorização das operações na área do mar, devidamente enquadradas no acompanhamento global do Portugal 2020 e dos PO. Naquele documento foi, também, identificado um conjunto de indicadores de monitorização dos resultados da ENM 2013-2020 potencialmente relevantes neste domínio. Considerando que nos quadros de apoio comunitário anteriores, nomeadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007-2013, não foi incluída uma monitorização específica para os objetivos da política do mar, o exercício de monitorização realizado até à data pelo ITI MAR é pioneiro e já levou a revisões do Quadro de Referência.

Tendo por base o Decreto-Lei N.º 200/2015, apresenta-se neste relatório os resultados da monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere aos resultados e às realizações no mar até 31 de dezembro de 2018.

A monitorização integrada da utilização dos FEEI compreende as seguintes vertentes:

- Monitorização estratégica e dos resultados dos FEEI no mar;
- Monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar.

Os resultados analisados no presente relatório visam monitorizar, de forma integrada, o apoio de fundos comunitários às políticas do mar, em termos de realizações. A monitorização estratégica, parte integrante da monitorização da ENM 2013-2020, é feita recorrendo ao projeto SEAMInd - Indicadores e Monitorização Económica, Social e Ambiental, cujos resultados integram um relatório separado, disponível publicamente no site da DGPM.

O diploma do ITI MAR estabelece, ainda, que a monitorização realizada deve ser apresentada à Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM) e à Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC) Portugal 2020, mediante relatório anual que inclua as vertentes referidas, e os resultados devem ser disponibilizados ao público nos sítios na Internet da DGPM e do Portugal 2020.

O presente relatório não tem por objetivo a avaliação integrada da utilização dos FEEI no Mar, prevista no diploma que regulamenta o ITI Mar, e que deve procurar caracterizar o seu desempenho e identificar os principais motivos para o sucesso e os constrangimentos da aplicação dos Fundos enquanto suporte à implementação da ENM 2013-2020. No ano de 2020 perspetiva-se que a monitorização integrada da utilização dos FEEI no mar seja completada de um exercício independente de avaliação do contributo do Portugal 2020 para a ENM 2013-2020.

Capítulo 2 – Metodologia de Monitorização do ITI Mar

Capítulo 2.1 – Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

A intensidade de alinhamento entre o Portugal 2020, ao nível dos Objetivos Temáticos (OT) e das Prioridades de Investimento (PI), e a ENM 2013-2020 nas suas múltiplas áreas de intervenção é apresentada Tabela 10 do Anexo I. Foi, ainda, considerado o maior ou menor espectro de abrangência de Operações Mar e a dotação afeta a cada PI, em face da dotação global atribuída às PI relevantes para a esfera do ITI Mar.

Para as PI que são mobilizadas pelo Portugal 2020 e que não constam da Tabela 10, considera-se um alinhamento potencial nulo.

Esta análise permitiu selecionar as PI mais relevantes para a monitorização do apoio a operações na área do mar através do Portugal 2020. No entanto, apenas a análise qualitativa do financiamento destas operações permitirá avaliar o seu contributo para o desenvolvimento da política do mar.

Capítulo 2.2 – Metodologia de monitorização estratégica, dos resultados e das realizações

A monitorização estratégica corresponde à monitorização de impacte, ou dita monitorização externa, da ENM 2013-2020, sendo apresentada anualmente em relatório próprio, que descreve a metodologia adotada. Não obstante foram adotados os principais resultados neste documento.

Na monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere aos resultados e às realizações no mar foram consideradas as operações aprovadas pelos seguintes Programas Operacionais (PO) e Programas de Cooperação (PC):

PO Temáticos

- PO Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)
- PO Inclusão Social e Emprego (PO ISE)
- PO Capital Humano (PO CH)
- PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)

Regionais do Continente

- PO Norte (NORTE 2020)
- PO Centro (CENTRO 2020)
- PO Lisboa (Lisb@2020)
- PO Alentejo (ALENTEJO 2020)
- PO Algarve (CRESC ALGARVE 2020)

Regiões Autónomas

- PO Açores (AÇORES 2020)
- PO Madeira (MADEIRA 14-20)

Nacional

- PO Mar 2020 (MAR 2020)

PO Cooperação Territorial Europeia

- PC Transnacional Espaço Atlântico (EA)
- PC INTERREG V-A Madeira, Açores e Canárias (MAC)

A metodologia de monitorização estratégica do ITI Mar tem como principal enquadramento o Quadro de Referência do ITI Mar, que apresenta um conjunto de considerandos relevantes para efeitos da monitorização a realizar, nomeadamente quanto à metodologia a seguir para identificação das operações que devem ser consideradas como relevantes para efeitos do ITI Mar, ou seja, que contribuem para o desiderato estabelecido pela política do mar:

- Para efeitos da monitorização dos resultados dos FEEI no mar, considera-se de interesse caracterizar um conjunto de indicadores de realização, contratualizados pelos PO ao nível das operações aprovadas na área do mar no âmbito do Portugal 2020. No presente relatório apenas são passíveis de ser analisados os valores contratualizados e não os que virão a ser realmente alcançados, uma vez que as operações ainda estão, na generalidade das situações, a ser executadas e só apresentarão resultados finais uma vez concluídas. No futuro está previsto avançar-se também para a monitorização da execução;
- Para efeitos da monitorização dos programas operacionais, considera-se importante fazer uma caracterização financeira das operações na área do mar aprovadas no Portugal 2020, mesmo que ainda não tenham passado à fase de contratação/execução. Excetua-se desta situação o CRESC ALGARVE 2020, que para as operações do ano de 2017 apenas considera as que se encontram contratadas.

Procura-se, ainda, fazer uma caracterização dos seguintes aspetos:

- Localização das operações aprovadas ao nível da NUT II, tendo em consideração as regras de territorialização das operações estabelecidas ao nível da Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020;
- Classificação das operações aprovadas por áreas/sectores de atividade económica;
- Número de operações aprovadas e dimensão financeira média das mesmas.

Uma vez que existem outras especificidades metodológicas que não estão previstas na versão atual do Quadro de Referência do ITI Mar³, e que foram implementadas no decorrer dos diferentes exercícios de monitorização, importa destacar as seguintes premissas:

- As operações financiadas pelo FSE aprovadas pelo PO CH e PO ISE, e que são classificadas como mar ou incluem um componente mar, foram selecionadas segundo a interpretação e aplicação do Quadro de Referência do ITI Mar. A metodologia contempla duas situações:
 - Operações constituídas por cursos/bolsas exclusivamente mar (identificadas nos Quadros G1, G2⁴ e G3 – Anexo IV do Quadro de Referência),
 - Operações constituídas por cursos/bolsas parcialmente mar (identificadas nos Quadros G1, G2 e G3 – Anexo IV do Quadro de Referência).

As operações de formação profissional exclusivamente mar são consideradas na totalidade pelo ITI Mar, tal como as operações de entidades exclusivamente mar.

As restantes operações, da responsabilidade de entidades não totalmente mar ou que abrangem cursos/bolsas parcialmente mar, não são consideradas na totalidade pelo ITI Mar. No que respeita aos cursos parcialmente mar aplica-se a seguinte fórmula de cálculo para estimar o custo total elegível dos cursos "mar": **$[(n.º \text{ total de formandos dos cursos mar } \times \text{ custo total elegível aprovado na operação } X) / n.º \text{ total de formandos apoiados na operação } X]$** (tendo por base o Quadro G3 do anexo IV do Quadro de Referência).

No caso das unidades de formação de curta duração (UFDC) mar, aplica-se a seguinte fórmula de cálculo para estimar o custo total elegível das ações "mar": **$[(\text{volume de formação das ações mar} / \text{volume de formação total das ações}) \times \text{custo total elegível aprovado na operação } X]$** (tendo por base o Quadro G1 do anexo IV do Quadro de Referência).

³ Versão à data de Junho de 2016.

⁴ As áreas identificadas no quadro G2 do anexo IV do Quadro de Referência correspondem às áreas Frascati da tipologia da Formação Avançada. Para identificação das bolsas mar da tipologia das Bolsas carenciados para alunos do ensino superior estabeleceu-se um *proxy*.

No que respeita às bolsas parcialmente mar, é considerado apenas o custo total das bolsas alinhadas com o Mar, tendo por base o Quadro G2 do anexo IV do Quadro de Referência.

Para apuramento da taxa de apoio destas operações aplica-se a seguinte fórmula: **[*estimativa do custo total elegível das bolsas mar / custo total aprovado na operação X*]**.

- As áreas/sectores de investimento considerados seguem uma sistematização em articulação com a classificação de atividades económicas prevista na Conta Satélite do Mar (CSM) (Tabela 11 do Anexo II). Procurou-se, igualmente, identificar as operações na área do turismo costeiro seguindo a definição da CSM, que se encontra alinhada com a metodologia EUROSTAT. De acordo com esta metodologia, as operações a considerar em zonas costeiras devem estar localizadas na unidade administrativa local (freguesia) que cumpra um dos seguintes requisitos:
 - Apresentar fronteira marítima (critério da linha costeira);
 - Possuir pelo menos 50 % da sua superfície a uma distância inferior a 10 km do mar (critério de 50 % da superfície).

Os dados alvo de análise não apresentam o detalhe necessário para a aplicação da metodologia em toda a sua extensão, pelo que se opta por identificar as operações com classificações económicas referentes à atividade de alojamento e para os estabelecimentos localizados em freguesias costeiras, de acordo com metodologia e atividades económicas disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de acordo com as subclasses da Classificação de Atividade Económica (CAE Rev3) ⁵

- 5511 Estabelecimentos hoteleiros com restaurante;
- 5512 Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante;
- 5520 Residências para férias e outros alojamentos de curta duração;
- 5530 Parques de campismo e de caravanismo.

No entanto, são considerados CAE associados ao Turismo costeiro na CSM (CAE 56 ou 79), quando as operações aprovadas se enquadram no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Aos promotores classificados com Classificação de Atividade Económica (CAE Rev3) no setor económico “Turismo costeiro” podem, contudo, corresponder operações aprovadas de acordo com diferentes objetivos temáticos e financiadas por diferentes fundos e PO. Dada a importância estratégica do setor turismo em Portugal, este setor carece de uma análise em maior detalhe sempre que possível, no que se refere à monitorização das operações apoiadas assim como do contributo dos FEEI.

- Uma vez que o número de operações aprovadas relativas a cessações temporárias das atividades da pesca, imobilizações definitivas das atividades da pesca e a compensações às Regiões Autónomas (regiões

⁵ DGPM (2018), Turismo Costeiro na Economia do Mar, documento de apoio ao ITI Mar, Lisboa, maio 2018.

ultraperiféricas), tipologias exclusivas do MAR 2020, é muito elevado (47,7% do total de operações aprovadas), apresenta-se uma análise mais detalhada destas operações aquando da análise do apoio às Operações Mar pelo Mar 2020 e serão abordadas ao longo da análise do presente relatório sempre que se justifique.

- Assume-se que a componente da I&D, em particular a que é financiada com enquadramento obrigatório pelas Estratégias Nacional e Regionais de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI e EREI, respetivamente) através do OT1 - "Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação", corresponde à área/setor 8.1 – "I&D&I" (Investigação, Desenvolvimento e Inovação). Esta área/setor económico integra ainda todas as operações aprovadas a universidades e institutos de investigação, ou aprovadas ao abrigo dos artigos 26º (Inovação), 28º (Parcerias pescadores e cientistas) ou 47º (Inovação na aquicultura) do FEAMP, no MAR 2020.
- Considera-se que o OT 10 – "Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida" está todo classificado na área/setor económico 8.3 - "Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação". As operações aprovadas ao nível do OT 8 - "Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores" estão também todas classificadas na área/setor 8.3. Tal como o turismo costeiro, a aposta na formação, na educação e no conhecimento no mar justifica uma análise mais abrangente neste relatório.

Para caracterizar qualitativamente e quantitativamente o contributo do Portugal 2020 para a concretização do PAA importa considerar a intensidade de alinhamento entre as Prioridades de Investimento do PT2020 com as prioridades e os objetivos específicos do Plano de Ação para o Atlântico (Tabela 24 do Anexo IV). Algumas assunções foram estabelecidas, uma vez que não existe uma pré-sinalização por operação quanto ao seu contributo para o PAA:

- a componente do I&D, em particular a que é financiada com enquadramento obrigatório pelas ENEI e EREI, ou seja, com contributo para o OT 1, está alinhada com o Objetivo Específico 1.1 do PAA (Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação);
- a formação profissional ou a formação profissional associada a operações de investimento está toda alinhada com o Objetivo Específico 1.2 do PAA (Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica);
- a dinamização da economia azul através do OT 3 – "Reforçar a competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME) e dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura" financiado pelos fundos da política de coesão está integralmente alinhada com o Objetivo Específico 1.3 do PAA (Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica);
- os financiamentos que apoiam operações na área da vigilância marítima integrada, riscos, proteção do meio marinho, em particular a aplicação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), e estudos de

mapeamento de recursos marinhos, em particular os potencialmente relevantes para a economia do mar são considerados como contributos para a Prioridade 2 do PAA (Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico);

- a Prioridade 3 do PAA (Melhorar a acessibilidade e a conectividade) é concretizada por operações apoiadas no domínio da implementação da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) e de soluções de transporte marítimo mais ecológicas;
- a Prioridade 4 (Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo) está fundamentalmente relacionada com o financiamento de DLBC costeiras a Gal Pesca;

Pretende-se com esta metodologia obter resultados muito próximos dos que traduzem efetivamente o contributo do financiamento dos FEEI para uma política do mar na Bacia do Atlântico.

Assume-se, ainda, que todas as operações aprovadas pelo EA estão alinhadas com o PAA, considerando as seguintes premissas:

- O objetivo específico 1.1 – “Melhorar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade” está todo alinhado com o Objetivo Específico 1.2 do PAA (Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica);
- O objetivo específico 1.2 – “Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a emergência de novos produtos, serviços e processos” está ao nível do Objetivo Específico 1.3 do PAA (Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica);
- O objetivo específico 3.1 – “Fortalecer os sistemas de gestão de riscos” está ao nível do Objetivo Específico 2.2 do PAA (Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras);
- O objetivo específico 4.1 – “Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas” alinha com o Objetivo Específico 2.3 do PAA (Gerir os recursos marinhos de forma sustentável);
- Os objetivos específicos 2.1 – “Promover as energias renováveis e a eficiência energética” e 2.2 – “Promover o crescimento verde, a eco inovação e a eficiência ambiental” alinham com o Objetivo Específico 2.4 do PAA (Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis);
- O objetivo específico 4.2 – “Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico” alinha com o Objetivo Específico 4.2 do PAA (Preservar e promover o património cultural do Atlântico).

No âmbito do EA foram consideradas as operações e o financiamento que envolve promotores e/ou parceiros portugueses.

Para efeitos de coerência com os Relatórios Anuais dos PO, são consideradas na análise **todas as operações aprovadas no Portugal 2020 até 31 de dezembro de 2018**, cuja última atualização ocorreu a 10 de dezembro de 2019, e consideradas como relevantes para a ENM 2013-2020.

De salientar que, a nível europeu, não existe nenhuma indicação da relação a utilizar para caracterizar o contributo do Portugal 2020, sendo esta uma assunção para efeitos exclusivos do ITI Mar que permite aos PO e à DGPM, na qualidade de representante de Portugal na PMI da UE, responder de forma articulada às múltiplas solicitações da CE, desde logo ao nível da elaboração dos Relatórios Anuais dos PO.

Capítulo 3 - Monitorização do contributo do Portugal 2020 para os objetivos da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020

Capítulo 3.1 – Monitorização Estratégica

Em matéria de **monitorização estratégica** e do contributo dos fundos para a concretização das prioridades da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, os principais indicadores socioeconómicos da Economia do Mar perspetivam uma evolução positiva da Economia do Mar.

De acordo com os resultados da CSM (2010-2013) (INE/DGPM):

- Em 2013, o VAB da Economia do Mar representou cerca de 3,1% do VAB Nacional e 3,8% do Emprego. No período em análise, o desempenho da Economia do Mar foi superior ao da economia nacional, em termos médios (Conta Satélite do Mar (CSM), 2010-2013, INE/DGPM);
- Entre 2010 e 2013, as Exportações da Economia do Mar aumentaram 12%, representando, em 2013, cerca de 3% das exportações totais de bens e serviços. No último ano em análise, a balança comercial dos produtos do mar registou um excedente na ordem dos 116,4 milhões de euros, ao que correspondeu uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 106,3%;
- Em 2013, mais de um terço do investimento em produtos do mar (medido em termos de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi aplicado em “construções e trabalhos de construção de engenharia civil” (onde se incluem as obras de proteção e defesa costeira, dragagens e outras obras nomeadamente em porto). O esforço de investimento em I&D (Serviços de investigação e desenvolvimento científicos) representou 25% do investimento total.

Os dados das Estatísticas das Empresas (Sistema de Contas Integradas das Empresas, INE):

- O número de empresas cuja atividade principal se enquadra nas principais atividades da Economia do Mar (fileira da pesca, portos, transportes marítimos e logística, turismo costeiro e construção e manutenção naval) tem vindo a aumentar. Em 2018, existiam 40.203 empresas ativas nestas atividades, mais do dobro das ativas em 2010 (15.167), que empregaram mais de 127 mil indivíduos (+56% face a 2010) e geraram um valor acrescentado bruto superior a 3.358 milhões de euros (taxa de crescimento anual de cerca de 9%, entre 2010-2018);
- Em 2018, estas empresas apresentaram uma produtividade aparente do trabalho superior à média das empresas portuguesas, ultrapassando os 26,5 mil euros por trabalhador (24,3 mil euros/trabalhador para a média nacional). Em 2010, este indicador (21,2 mil euros/trabalhador) era inferior à média nacional (22,8 mil euros/trabalhador).

Capítulo 3.2 – Monitorização de Resultados e Realizações

Capítulo 3.2.1 - Identificação e caracterização das operações aprovadas

Até 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas 4.012 operações na área do mar no Portugal 2020, no EA e no MAC. Do total de operações aprovadas, 98,4% refere-se a operações apoiadas pelo Portugal 2020, sendo as remanescentes 1,6% das operações apoiadas pelo EA (48) e pelo MAC (15). Considerando a mesma análise, mas por Fundo, 2.601 operações foram apoiadas pelo FEAMP (64,8 %), 1.194 pelo FEDER (29,8%), 131 pelo FSE (3,3%) e 86 pelo FC (2,1 %).

Excluindo as operações aprovadas relativas a cessões temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às Regiões Autónomas, o total de operações aprovadas foi de 2.098, passando a ser o FEDER o fundo responsável pelo maior número de operações aprovadas na área do mar (56,9% do total).

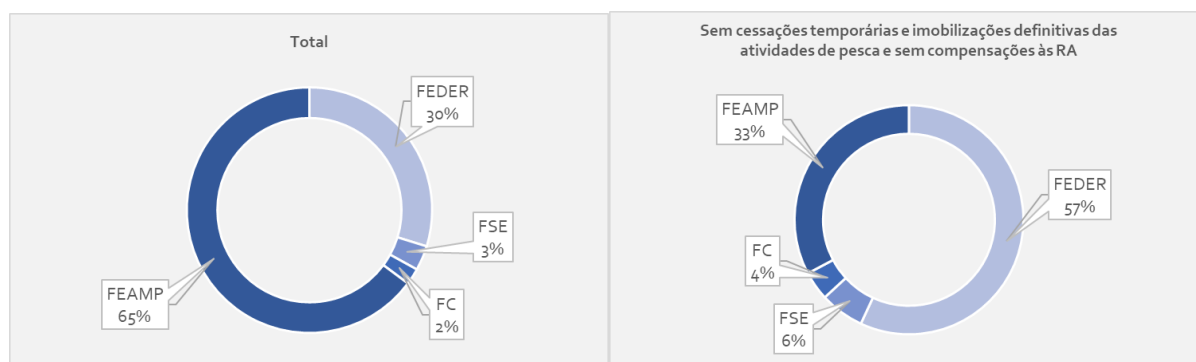
Tabela 1 – Número de Operações Mar aprovadas por Fundo e Programa

	Número de operações aprovadas				
	FEDER	FSE	FC	FEAMP	Total
Total (Portugal 2020 + Espaço Atlântico + MAC)	1.194	131	86	2.601	4.012
Portugal 2020	1.131	131	86	2.601	3.949
Espaço Atlântico	48	0	0	0	48
MAC	15	0	0	0	15
Total sem cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e sem compensações às Regiões Autónomas	1.194	131	86	687	2.098

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Figura 1 – Número de Operações Mar aprovadas por Fundo



*Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.*

Considerando o número total de operações aprovadas por Programa Operacional:

- O PO Mar2020 concentra o maior número de operações aprovadas até à data de 31 de dezembro de 2018 (64,8% do total), das quais 1.914 (73,6%) se referem ao apoio a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às RA;
- Os PO temáticos foram responsáveis por 9,5% do total das aprovações, destacando-se o COMPETE 2020 (283 operações, 7,1%);
- Os PO Regionais foram responsáveis por 24,1% das aprovações (968):
 - O PO AÇORES 2020 destaca-se como sendo o que regista maior número de operações aprovadas (310), representando 7,7% do total de aprovações;
 - Os PO do Continente foram responsáveis por 15,3% das operações aprovadas (612), com destaque para o PO LISBOA 2020 (216 operações).

Tabela 2 - Número de Operações Mar aprovadas por Programa

Programa	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
PO Temáticos	380	9,5
<i>PO Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)</i>	283	7,1
<i>PO Inclusão Social e Emprego</i>	2	0,0
<i>PO Capital Humano</i>	17	0,4
<i>PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos</i>	78	1,9
PO Regionais do Continente	612	15,3
<i>NORTE 2020</i>	112	2,8
<i>CENTRO 2020</i>	118	2,9
<i>LISBOA 2020</i>	216	5,4
<i>ALENTEJO 2020</i>	42	1,0
<i>CRESC Algarve 2020</i>	124	3,1
PO Regiões Autónomas	356	8,9
<i>AÇORES 2020</i>	310	7,7
<i>MADEIRA 14-20</i>	46	1,1
PO Nacional	2.601	64,8
<i>PO Mar 2020</i>	2.601	64,8
PC Transnacional	63	1,6
<i>Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico</i>	48	1,2
<i>Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira, Açores e Canárias</i>	15	0,4
Total	4.012	100

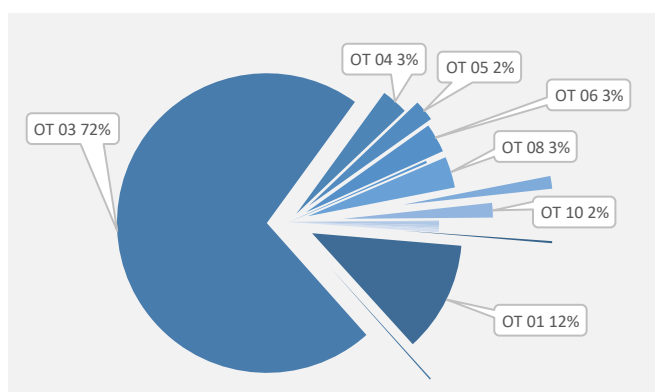
Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Uma análise às operações aprovadas por OT (Portugal 2020) e Prioridade (EA) evidencia:

- A importância das operações aprovadas enquadradas no OT 03 – “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” (2872), que representam 71,6% do total;
- Seguem-se as operações aprovadas no âmbito do OT 01 – “Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação” (479), com uma proporção de 11,9%, e do OT 08 – “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral” (135 operações) que correspondem a 3,4%;
- Refletindo as atuais preocupações com a preservação do meio ambiente, promoção da eficiência energética e apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono, foram aprovadas 333 operações no âmbito dos OT 04, 05 e 06 (8,3% do total), destacando-se o OT 06 – “Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética” (126), seguido do OT 04 – “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos” (116);
- Os restantes OT e Prioridades do EA representam apenas 4,8% das operações aprovadas. Neste grupo, evidenciam-se as operações enquadradas no OT 10 – “Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida” (63) e no OT 9 – “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” (55).

Figura 2 –Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais. Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Considerando o número de operações aprovadas por áreas de investimento/setores económicos da Economia do Mar, constata-se que mais de metade enquadra-se na atividade da “Pesca e Comercialização de seus produtos” (2.268). Este número deve-se não só ao acréscimo da taxa de aprovação de operações ao abrigo do FEAMP, decorrente do avançar dos prazos de execução do Fundo, mas também ao elevado número de operações de cessação temporária e imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às Regiões Autónomas.

A área de “I&D&I”, com 549 operações aprovadas, representando 13,7% do total das aprovações, e o “Turismo costeiro (Alojamento)”, com 365 operações aprovadas (9,1%), ocupam o segundo e terceiro lugar, respetivamente.

Na área da “I&D&I”, importa destacar as operações destinadas ao reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT1) (479), financiadas pelo FEDER, das quais 296 foram relativas a apoio a “Projetos de IC&DT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica”.

A grande maioria das operações aprovadas no “Turismo costeiro (Alojamento)” foram financiadas pelo FEDER (93,4%):

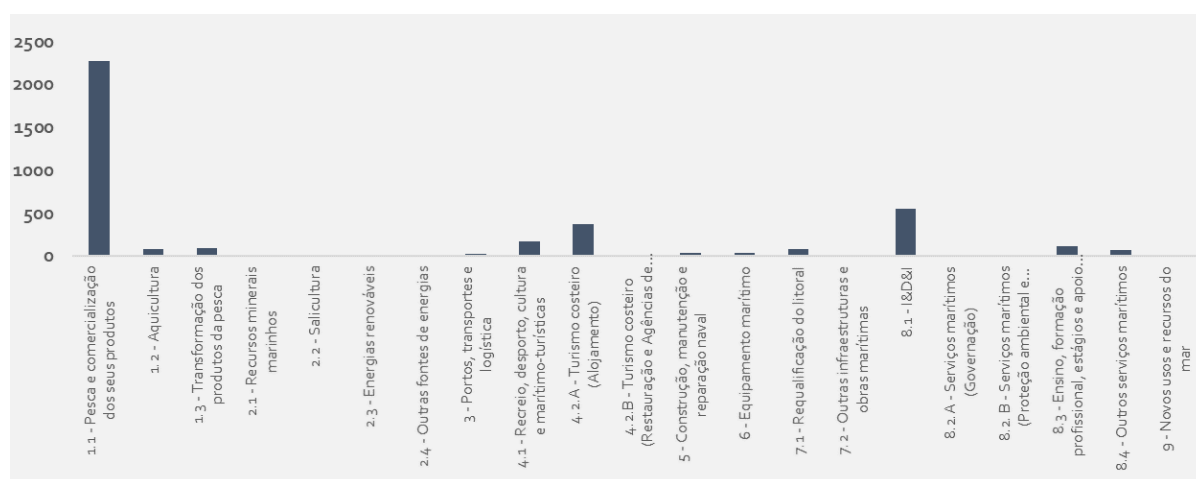
- As operações relacionadas com o reforço da competitividade das PME (OT 3) atingiram as 319. Trataram-se, essencialmente, de operações de “Investimento empresarial” nos Açores (108, num total de 204 operações aprovadas pelo PO AÇORES 2020) e de apoio a “Projetos individuais do SI Inovação empresarial e empreendedorismo - Empreendedorismo qualificado e criativo” (97);
- Mais de metade das operações apoiadas do “Turismo costeiro/Alojamento” (185, 50,7%) pertencem a atividades de “outros alojamentos de curta duração”;
- Cerca de ¾ das operações aprovadas nas unidades de “alojamento de curta duração” localiza-se nos Açores e correspondem a alojamento mobilado para turistas (87) e turismo no espaço rural (54).

Cerca de 4,3% das operações aprovadas classificam-se nas outras duas atividades pertencentes à fileira do Pescado, “Aquicultura” e “Transformação de produtos da pesca” (84 e 90 operações aprovadas, respetivamente).

Com 113 operações aprovadas, a área de investimento de “Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação” ocupa o quinto lugar (tal como já referido, para esta contabilização apenas foram considerados as operações classificadas como sendo, na sua totalidade, Mar e aprovadas ao abrigo dos OT 3, OT 8 e OT 10 do PT2020 e da Prioridade 1 da EA). No contexto da aposta no ensino e na formação profissional importa destacar, ainda, que 68,1% foram financiadas pelo FSE, das quais 21 se destinaram ao apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), e 15 a ações de formação para a inovação empresarial.

Na área “Proteção ambiental e alterações climáticas” foram aprovadas 65 operações, sendo que 34 se destinaram à preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência energética (OT 6) e 23 à promoção e adaptação às alterações climáticas (OT 5).

Figura 3 – Número de Operações Mar aprovadas por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situatção à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

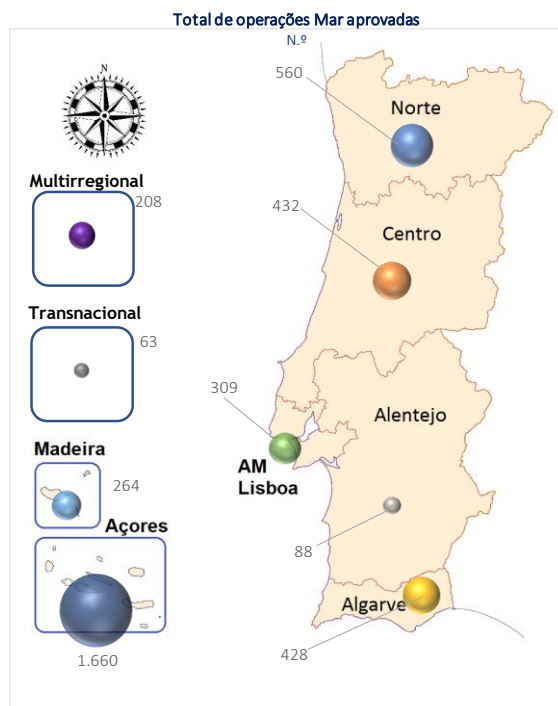
A distribuição regional (NUTS II) do total das Operações Mar aprovadas mostra que a Região Autónoma dos Açores é a que regista maior número de operações aprovadas (1660), representando cerca de 41,4% do total de aprovações. Nesta região, cerca de 96,1% das aprovações (1.596) visavam reforçar a competitividades das PME (OT 3), principalmente sob a forma de compensações à RUP (1.305).

As regiões Norte (560) e Centro (432) ocupam o segundo e terceiro lugar do ranking regional. A região do Alentejo é aquela que apresenta o menor número de aprovações (88).

Tal como nos Açores, a grande maioria das operações aprovadas na região autónoma da Madeira foi de compensações às RUP (75,4% do total de aprovações).

A componente multiregional representou 5,2% do total das aprovações (208), respeitando principalmente a operações relacionadas com a área de “I&D&I”, visando o reforço da investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (OT 1).

Figura 4 – Número de Operações Mar aprovadas por NUTS II



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais. Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

O apuramento do efetivo de Operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2018 por natureza jurídica dos promotores teve por base a classificação de “naturezas jurídicas de promotores” da ADC, que inclui 6 classes, de acordo com a tabela abaixo.

Cerca de 40,5% do total das operações aprovadas foi submetido por empresas (1.624), seguidas das pessoas singulares que promoveram 37,1% das operações aprovadas (1.489). Seguem-se as associações, fundações e cooperativas (11,1%).

Tabela 3 – Número total de Operações Mar aprovadas por Natureza jurídica do promotor

Natureza Jurídica do Beneficiário	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
Administração Pública	371	9,2
Associações, Fundações e Cooperativas	446	11,1
Empresas	1.624	40,5
Património Autónomo	30	0,7
Pessoa Singular	1.489	37,1
ND	52	1,3
Total	4.012	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

ND - Não Disponível.

MAR 2020

O MAR 2020 é o único PO cuja dotação financeira é específica e unicamente dedicada à área do mar, pelo que justifica uma análise mais detalhada.

Até 31 de dezembro de 2018 foram apoiadas 2.601 operações pelo Mar 2020, das quais 1914 (73,6%) foram relativas a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e a compensações às RA. Uma vez que a totalidade das operações de apoio a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades da pesca e compensações às RA, no âmbito do apoio às RUP, são financiadas na sua totalidade pelo MAR 2020, importa proceder à sua análise específica.

Das 1.914 operações de apoio a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e a compensações às RA, 78,6% respeitaram a compensações às RA, 20,6% a cessações temporárias e os remanescentes 0,8% a imobilizações definitivas (todas na Região Norte).

Do total das operações de apoio a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades da pesca e compensações às RA, 98% das aprovações ocorreram no âmbito do EP1 – “Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva”, das quais 1.465 foram de compensações às RA. As restantes operações de compensações às RA (39) enquadram-se no EP5 – “Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura” e ocorreram nas regiões dos Açores (atividade 1.3 – “Transformação dos produtos da pesca”) e da Madeira (atividades 1.2 – “Aquicultura” e 1.3 – “Transformação dos produtos da pesca”).

A atividade 1.1 – “Pesca e Comercialização de seus produtos” concentra cerca de 11,3% do total das operações MAR aprovadas relativas a cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades da pesca e compensações às RA.

Tabela 4- Cessações temporárias, imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às RA por Prioridade de Investimento (EP do Mar2020), Setor económico ou área de investimento e NUTS II

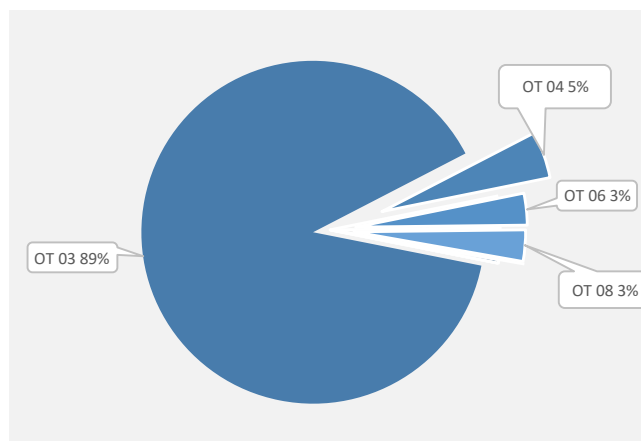
MAR 2020	Operações aprovadas MAR							
	Cessações temporárias, imobilizações definitivas das atividades de pesca e compensações às RA							
	Total		Cessações temporárias		Imobilizações definitivas das atividades de pesca		Compensações às RA	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva	1875	98,0	394	100,0	16	100,0	1465	97,4
1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos	1748	91,3	244	61,9	0	0,0	1504	100,0
Norte	166	8,7	150	38,1	16	100,0	0	0,0
Centro	87	4,5	87	22,1	0	0,0	0	0,0
Área Metropolitana de Lisboa	17	0,9	17	4,3	0	0,0	0	0,0
Alentejo	20	1,0	20	5,1	0	0,0	0	0,0
Algarve	120	6,3	120	30,5	0	0,0	0	0,0
Açores	1280	66,9	0	0,0	0	0,0	1280	85,1
Madeira	185	9,7	0	0,0	0	0,0	185	12,3
EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	39	2,0	0	0,0	0	0,0	39	2,6
1.2 - Aquicultura	2	0,1	0	0,0	0	0,0	2	0,1
Madeira	2	0,1	0	0,0	0	0,0	2	0,1
1.3 - Transformação dos produtos da pesca	37	1,9	0	0,0	0	0,0	37	2,5
Açores	25	1,3	0	0,0	0	0,0	25	1,7
Madeira	12	0,6	0	0,0	0	0,0	12	0,8
Total	1.914	100	394	100	16	100	1.504	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Considerando a análise do número de operações aprovadas pelo MAR 2020 por OT, verifica-se que grande parte das aprovações são financiadas no quadro do OT 3 – “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” (2.322, 89,3% do total) sendo que a grande maioria se refere a cessações temporárias, imobilizações definitivas e compensações às RA, tal como já referido. Segue-se o apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores (OT4), apesar do número ainda reduzido de operações aprovadas (115, 4,4% do total).

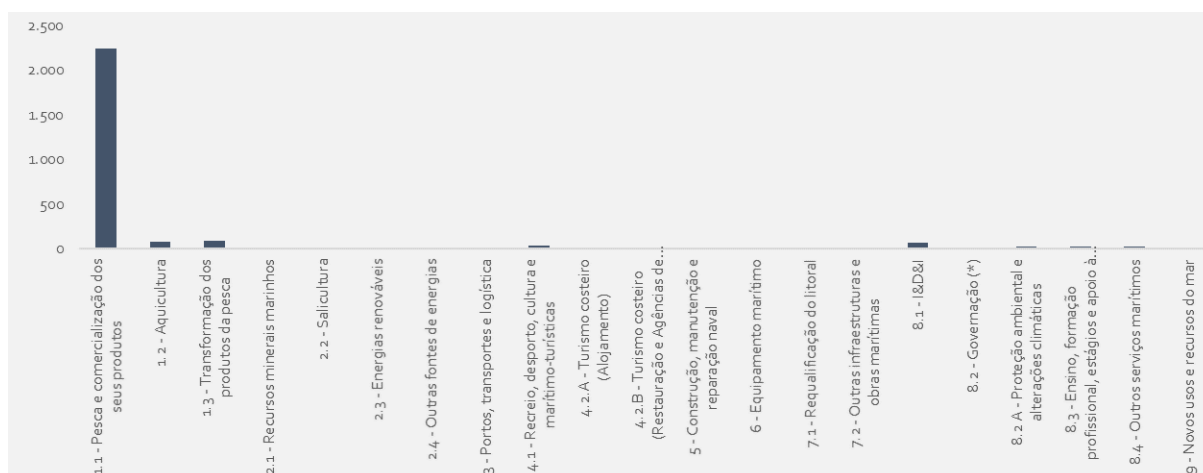
Figura 5 - Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático no MAR 2020



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Das 2.601 operações aprovadas pelo Mar 2020, 92,3% referem-se a investimentos nas atividades da fileira do pescado, com os investimentos do setor económico da “Pesca, comercialização e seus produtos” a representar 86,1% das aprovações do Mar 2020, seguido do setor de “Transformação dos produtos da pesca” (3,3%) e da “Aquicultura” (2,9%). A atividade de “I&D&I” representa 2,7% do total das operações aprovadas pelo Mar 2020 (70 aprovações).

Figura 6 - Número de Operações Mar aprovadas por sector económico ou área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

De acordo com a monitorização das operações aprovadas pelo Mar 2020 por eixo prioritário (EP) verifica-se que o EP 5 – “Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura” concentrou 61,7% das

aprovações, seguido do EP 1 – “Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva” (29,2%), decorrente do peso das operações de cessações temporárias e imobilizações definitas das atividades de pesca e compensações às RA.

Tabela 5– Número de Operações Mar aprovadas por eixo prioritário no MAR 2020

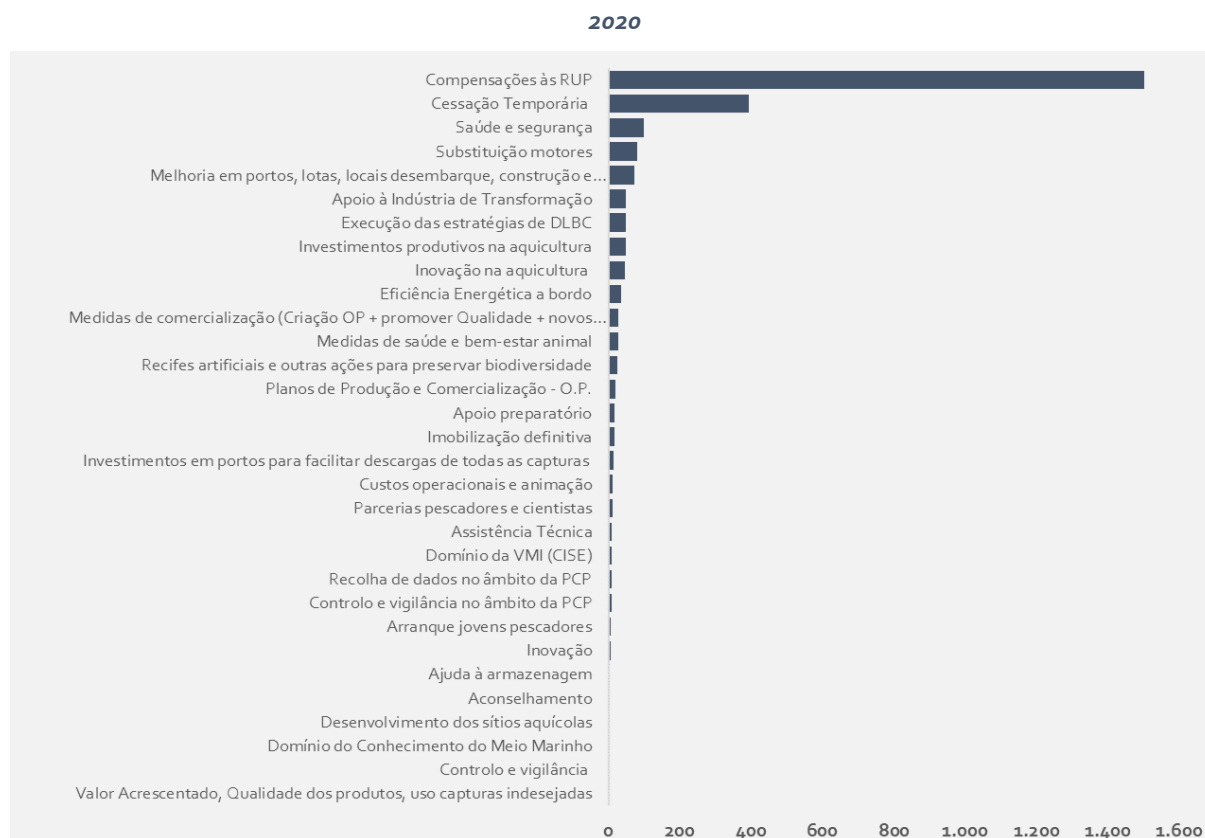
Eixo Prioritário MAR 2020	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
<i>EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva</i>	760	29,2
<i>EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva</i>	125	4,8
<i>EP3 - Dinamizar a Execução da Política Comum de Pesca</i>	17	0,7
<i>EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC)</i>	77	3,0
<i>EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura</i>	1.604	61,7
<i>EP6 - Fomentar a Execução da Política Marítima Integrada</i>	9	0,3
<i>EP7 - Assistência Técnica</i>	9	0,3
Total	2.601	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Considerando o alinhamento do Mar 2020 com o FEAMP, para além do apoio às Compensações às RUP (art.º 70º) e à Cessação Temporária (art.º 33º), destaca-se o apoio à saúde e à segurança (art.º 32º), (100 operações Mar aprovadas).

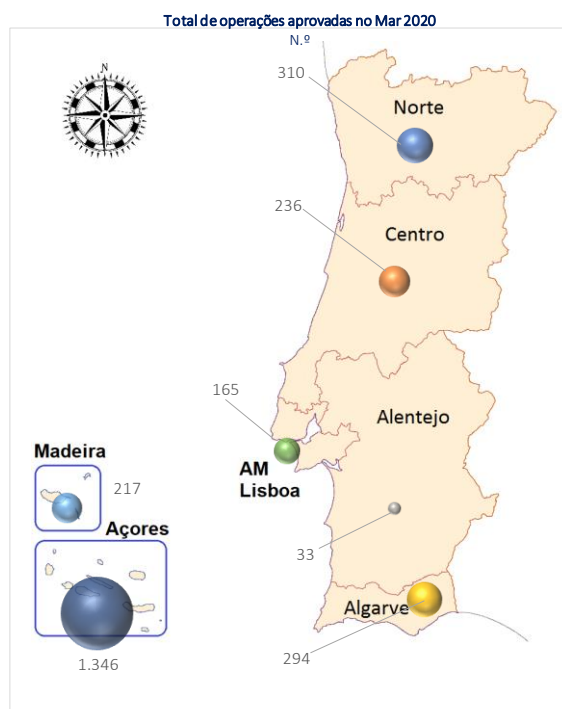
Figura 7– Número de Operações Mar aprovadas por tipologia de operação (artigo e alínea do FEAMP) no MAR



*Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.*

A Região Autónoma dos Açores é a região com maior número de operações aprovadas pelo Mar 2020(1.364), representando cerca de 52,4%. Do total de operações aprovadas pelo Mar 2020 nos Açores, mais de metade das aprovações (1.305) referiram-se a compensações no âmbito do apoio às RUP (tal como já referido anteriormente). As regiões Norte (310) e Centro (236) ocupam o segundo e terceiro lugar do ranking regional.

Figura 8 - Número de Operações Mar aprovadas por NUTS II, no MAR 2020



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
 Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Capítulo 3.2.2 - Monitorização do investimento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no mar

Até 31 de dezembro de 2018 o investimento total das operações Mar aprovadas atingiu os 1.902,8 milhões de euros, ao qual correspondeu um financiamento comunitário na ordem dos 1.102,2 milhões de euros. Cerca de 51,9% do financiamento comunitário foi garantido pelo FEDER, seguido do FEAMP (21,5%). Grande parte desse financiamento comunitário foi assegurado pelos fundos do PT2020 (98,5%).

As operações aprovadas pelo FEDER foram as que apresentaram um maior volume de investimento total, cerca de 1.098,8 milhões de euros, e também uma maior parcela de custos elegíveis. Apesar disso, foram os projetos apoiados pelo FC os que registaram o maior custo médio por operação (2,99 milhões de euros).

Tabela 6 – Quadro síntese do Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado

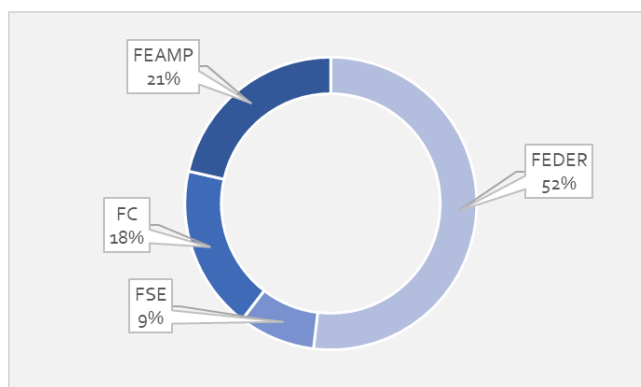
Programa	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
		M€		M€	%	
Total (Portugal 2020 + Espaço Atlântico + MAC)	4012	1902,8	1.602,3	1102,2	100,0	
FEDER	1194	1.098,8	928,7	572,1	51,9	0,92
FSE	131	132,2	129,4	93,7	8,5	1,01
FC	86	257,4	238,1	199,9	18,1	2,99
FEAMP	2.601	414,4	306,0	236,5	21,5	0,16
Portugal 2020	3949	1.862,1	1.566,8	1.069,7	100,0	
FEDER	1131	1.058,1	893,3	539,6	50,4	0,94
FSE	131	132,2	129,4	93,7	8,8	1,01
FC	86	257,4	238,1	199,9	18,7	2,99
FEAMP	2601	414,4	306,0	236,5	22,1	0,16
PO Espaço Atlântico	48	21,0	15,8	15,8	100,0	
FEDER	48	21,0	15,8	15,8	94,3	0,44
MAC	15	19,7	19,7	16,7	100,0	
FEDER	15	19,7	19,7	16,7	100,0	1,31
Total (Portugal 2020 + Espaço Atlântico + MAC) sem cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e sem compensações às Regiões Autónomas	2.098	1.861,2	1.560,6	1.067,7	100,0	
FEDER	1.194	1.098,8	928,7	572,1	53,6	0,92
FSE	131	132,2	129,4	93,7	8,8	1,01
FC	86	257,4	238,1	199,9	18,7	2,99
FEAMP	687	372,8	264,4	202,0	18,9	0,54

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

n.a. – não se aplica.

Figura 9 – Distribuição do “Financiamento Fundo Comunitário” em Operações Mar



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais. Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Apesar do FC apoiar um número reduzido de operações, contribui para 18,1% do financiamento comunitário às Operações Mar. As 86 operações apoiadas pelo FC beneficiaram de um financiamento na ordem dos 199,9 milhões de euros, dos quais 99,1 milhões de euros (49,6%) foram alocados a operações da atividade 3 – “Portos, transportes e logística”, devidamente enquadradas no OT 07 – “Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas”, 96,9 milhões de euros (48,5%) no OT 05 – “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos”, e os restantes 4 milhões de euros em operações de promoção da eficiência energética e da transição para uma economia de baixo teor de carbono (OT 06 – “Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética e OT 04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores”).

O FSE aparece em quarto lugar correspondendo a 8,5% do financiamento comunitário das Operações Mar.

A dotação de fundo atribuída ao PO Mar 2020 corresponde a 1,5% da dotação global estabelecida para o PT2020. Por outro lado, o total de financiamento já concedido pelo PO Mar 2020 corresponde a cerca de 1,2% do total de financiamento comunitário via Acordo de Parceria e a 21,5% do financiamento dirigido às Operações Mar. Os PO temáticos destacam-se em termos de montantes financiados, com o PO COMPETE2020 a assegurar 26,6% do total de fundos comunitários atribuídos e o PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos 9,2%. O PO AÇORES 2020 financiou 15,1% destas operações, correspondendo principalmente a apoios no âmbito do SI Investimento empresarial (Açores) (48,4% do financiamento do PO Açores) e Portos (24,5% do financiamento do PO Açores).

Tabela 7 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Programa Operacional

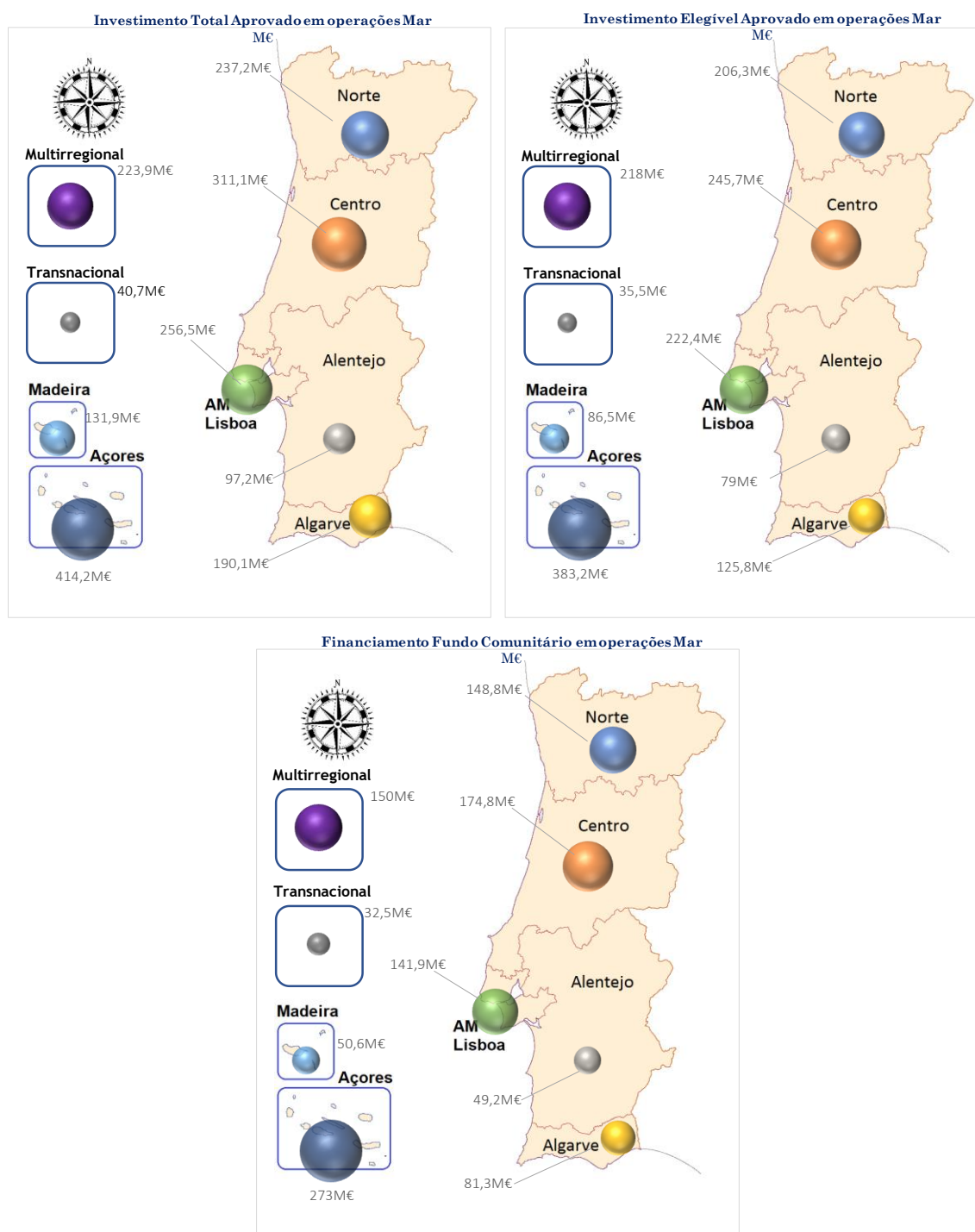
Programa	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investiment o Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
				M€		
PO Temáticos	380	636,0	595,2	443,6	40,3	
PO Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)	283	452,5	415,7	293,6	26,6	1,60
PO Inclusão Social e Emprego	2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,01
PO Capital Humano	17	59,0	57,9	49,2	4,5	3,47
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	78	124,4	121,5	100,9	9,2	1,60
PO Regionais do Continente	612	416,6	342,3	191,9	17,4	
NORTE 2020	112	69,1	64,2	47,7	4,3	0,62
CENTRO 2020	118	40,9	33,3	22,0	2,0	0,35
LISBOA 2020	216	152,2	141,6	61,5	5,6	0,70
ALENTEJO 2020	42	22,4	17,6	11,9	1,1	0,53
CRESC ALGARVE 2020	124	132,0	85,5	48,8	4,4	1,06
PO Regiões Autónomas	356	395,1	323,4	197,6	17,9	
AÇORES 2020	310	286,6	259,2	166,7	15,1	0,92
MADEIRA 14-20	46	108,6	64,2	30,9	2,8	2,36
PO Nacional	2.601	414,4	306,0	236,5	21,5	
Mar 2020	2.601	414,4	306,0	236,5	21,5	0,16
PC Transnacional	63	40,7	35,5	32,5	2,9	
Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico	48	21,0	15,8	15,8	1,4	0,44
Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira, Açores e Canárias	15	19,7	19,7	16,7	1,5	1,31
Total	4.012	1.902,8	1.602,3	1.102,2	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

A territorialização dos montantes atribuídos às Operações Mar aprovadas evidencia que cerca de 24,8% do financiamento comunitário foi atribuído aos 1.660 projetos apoiados nos Açores, seguindo-se a Região Centro (432 projetos) com 15,9% (174,8 milhões de euros) e a Região Norte (560 projetos) com 13,5% do total de financiamento comunitário (148,8 milhões de euros). No caso do investimento total, o Norte cede a terceira posição à Área Metropolitana de Lisboa, passando a ocupar o quarto lugar.

Figura 10– Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado

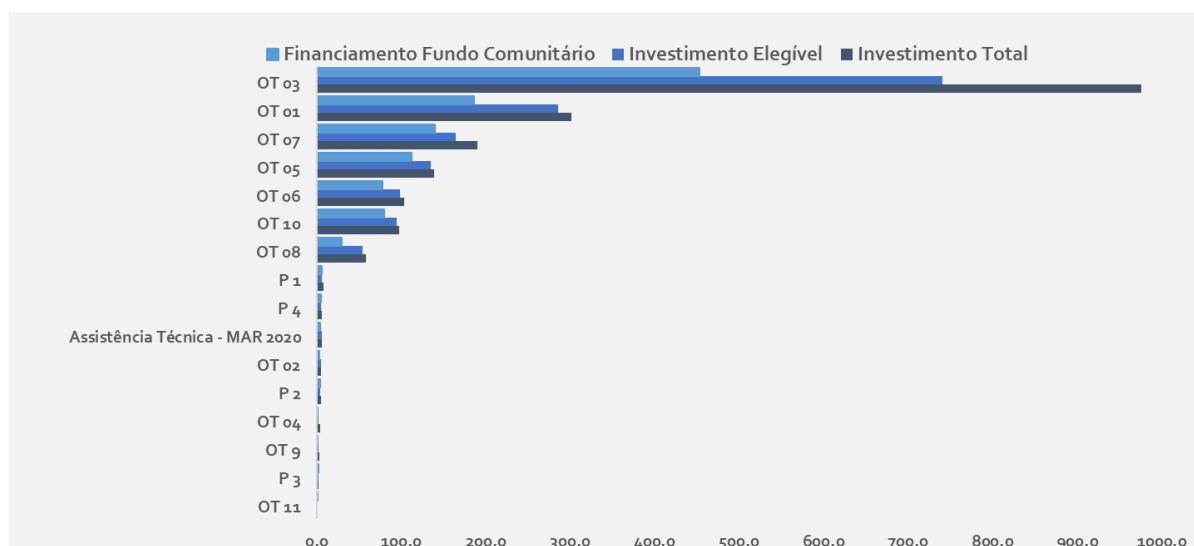


Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tal como no número de operações aprovadas, o investimento total das Operações Mar aprovadas concentra-se no OT 03 – “Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas” (51,3 %). Este OT concentra a maior parcela

do investimento total e custo elegível total, o que demonstra um alinhamento direto em termos de prioridades de investimento dos promotores e do PT2020.

Figura 11 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.
Assistência Técnica – Eixo Prioritário 7 do MAR 2020.

Apesar do setor da “Pesca e comercialização dos seus produtos” assumir o maior número de operações aprovadas, são os projetos da área de “I&D&I” aqueles que receberam um maior volume de financiamento comunitário, atingindo os 214,8 milhões de euros (19,5%). Seguem-se os projetos do “Turismo Costeiro (Alojamento)”⁶, com 179,9 milhões de euros (16,3%) e de “Requalificação do litoral”, com 108,1 milhões de euros (9,8%).

O financiamento das operações de “Turismo Costeiro (Alojamento)” beneficiou principalmente os hotéis com restaurante, com 92,8 milhões de euros, seguidos dos alojamentos mobilados para turistas de curta duração e do turismo no espaço rural (17,9 e 14,9 milhões de euros, respetivamente).

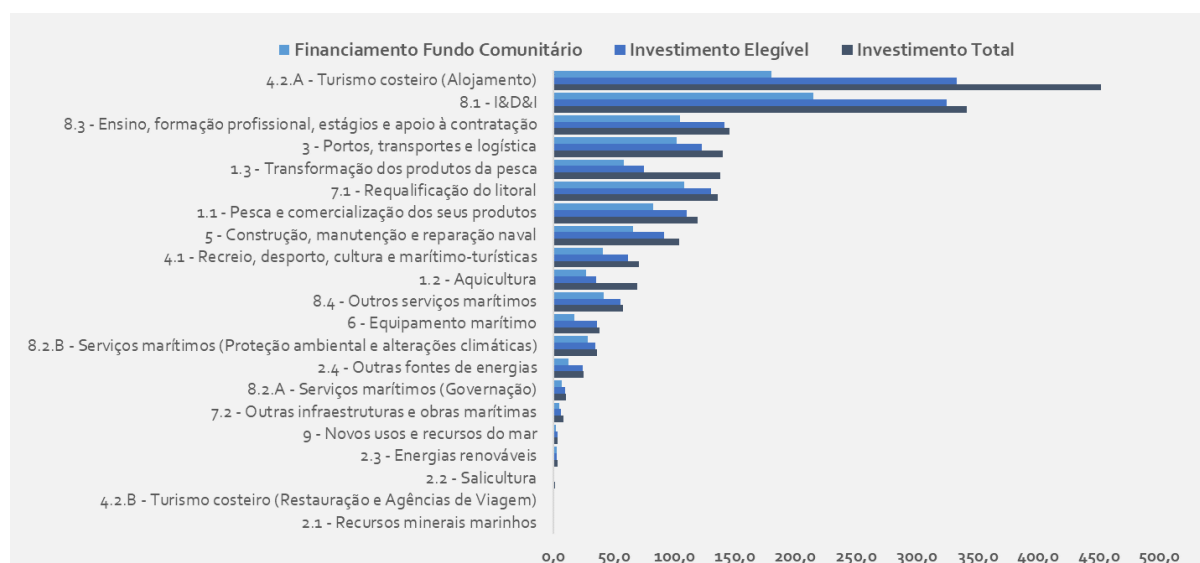
Associado ao “Turismo Costeiro (Alojamento)” importa referir as atividades de “Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas”, que representaram 3,7% do financiamento de Operações Mar.

⁶ De acordo com os resultados da Conta Satélite do Mar (INE), este é o setor mais representativo na estrutura da Economia do Mar em Portugal.

O financiamento à área do “Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação” foi de 104,2 milhões (9,5% do total), ocupando o quarto lugar da tabela em termos de fundos comunitários atribuídos, referindo-se principalmente a financiamentos por parte do PO Capital Humano (47,2%) e do PO LISBOA 2020 (21,5%). Esta área apresentou o terceiro maior valor de investimento total, atingindo os 145,0 milhões de euros (7,6% do total), precedido pelo “Turismo Costeiro (Alojamento)”, com 452 milhões de euros (23,8%) e o “I&D&I”, com 341,3 milhões de euros (17,9%). O esforço em investimento por parte dos promotores nestas duas áreas releva a importância estratégica do setor do turismo e da aposta no capital humano como fatores determinantes para a competitividade e crescimento da economia.

A área dos “Portos, transportes e logística” conta com 7,4% do financiamento total aprovado (102 milhões de euros). Das 22 operações aprovadas, 8 concentram 97,1% do financiamento e localizam-se nas regiões dos Açores, da Área Metropolitana de Lisboa e do Centro, sendo que as operações dos Portos nos Açores canalizam 72,9% dos fundos afetos a esta área.

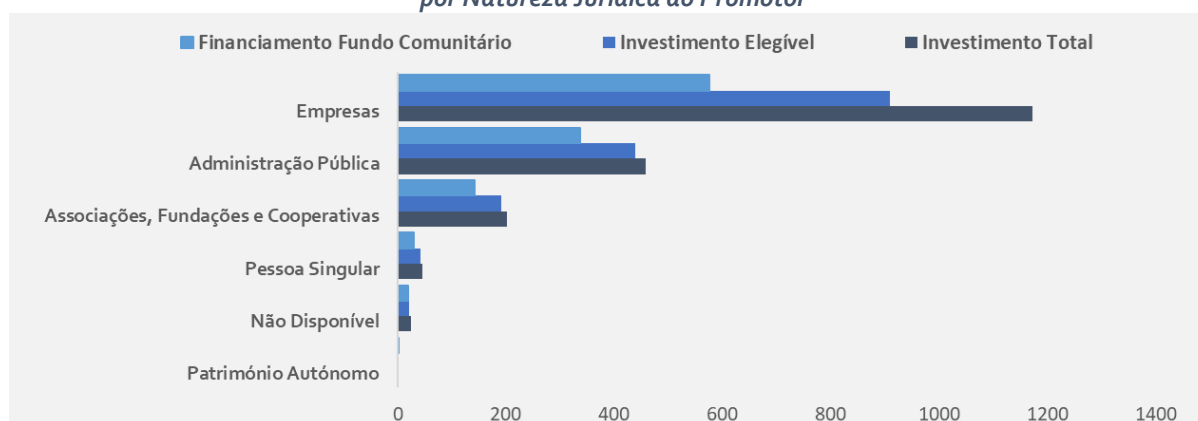
Figura 12 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Sector económico ou área de investimento na Economia do Mar



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

No que respeita a análise dos montantes de fundos comunitários atribuídos por natureza jurídica do promotor, as empresas foram as que mais investiram (1.172,2 milhões de euros) e mais beneficiaram dos fundos comunitários, representando 52,1% do total de financiamento comunitário às Operações Mar.

Figura 13 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Natureza Jurídica do Promotor



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situatção à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

MAR 2020

Cerca de 74,2% do investimento total das operações apoiadas pelo Mar 2020 foi efetuado pelas 3 atividades da fileira do pescado, com a “Transformação dos produtos da pesca” a representar 33,2%, a “Pesca e comercialização de seus produtos” 25% e a “Aquicultura” 16,1%.

As Operações Mar apoiadas pelo Mar 2020 concentraram cerca de 236,5 milhões de euros de financiamento comunitário, destacando-se o apoio à atividade da “Pesca e comercialização de seus produtos”, com 72,8 milhões de euros. Seguem-se as atividades da “Transformação dos produtos da pesca”, com 58,2 milhões de euros e da “Aquicultura”, com 24,9 milhões de euros. As três atividades da fileira do pescado representaram 65,9% dos fundos atribuídos pelo Mar 2020.

Salienta-se, ainda, no Mar 2020, o apoio financeiro aos “Outros serviços marítimos” de 32,1 milhões de euros que se concentrou, principalmente, em atividades de “Recolha de dados no âmbito da PCP” (49,1% do apoio a “Outros serviços marítimos”) e de “Controlo e vigilância no âmbito da PCP” (38% do apoio a “Outros serviços marítimos”).

O financiamento à área de I&D&I ocupa o quarto lugar do ranking das áreas Mar mais apoiadas pelo Mar 2020. As 70 operações apoiadas receberam 29 milhões de euros, cerca de 12,3% do total de fundos Mar 2020.

Apesar do peso do MAR 2020 no total das Operações Mar aprovadas (64,8%), o seu peso na afetação de fundos comunitários é reduzido, quer se trate do investimento total (1,8%), do custo elegível (2,6%) ou do financiamento comunitário atribuído (3,1%).

Tabela 8 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por sectores económicos ou área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020

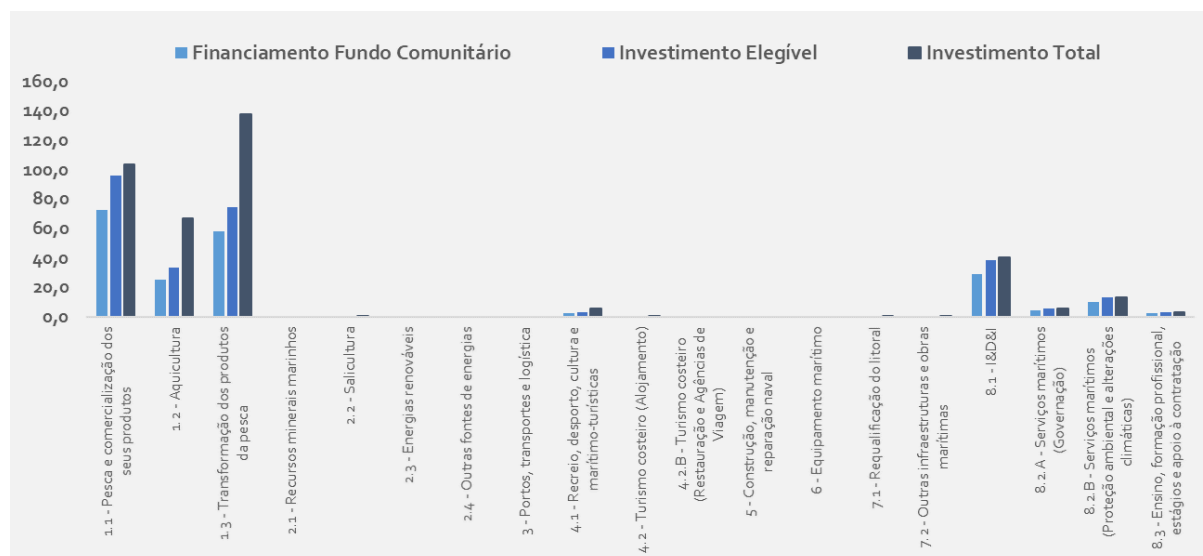
Setor Económico ou Área de Investimento na Economia do Mar MAR 2020	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
		M€		M€	%	
1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos	2.239	103,6	95,8	72,8	30,8	0,05
1.2 – Aquicultura	76	66,6	33,1	24,9	10,5	0,88
1.3 - Transformação dos produtos da pesca	87	137,5	74,5	58,2	24,6	1,58
2.1 - Recursos minerais marinhos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
2.2 – Salicultura	1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,10
2.3 - Energias renováveis	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
2.4 - Outras fontes de energias	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
3 - Portos, transportes e logística	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
4.1 - Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas	34	5,4	2,9	2,5	1,1	0,16
4.2.A - Turismo costeiro (Alojamento)	2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,10
4.2.B - Turismo costeiro (Restauração e Agências de Viagem)	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
5 - Construção, manutenção e reparação naval	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
6 - Equipamento marítimo	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
7.1 - Requalificação do litoral	3	0,5	0,4	0,3	0,1	0,17
7.2 - Outras infraestruturas e obras marítimas	1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,20
8.1 - I&D&I	70	40,0	38,7	29,0	12,3	0,57
8.2.A - Serviços marítimos (Governança)	9	5,4	5,4	4,0	1,7	0,60
8.2. B - Serviços marítimos (Proteção ambiental e alterações climáticas)	25	13,0	13,0	9,7	4,1	0,52
8.3 - Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação	27	3,1	3,1	2,6	1,1	0,11
8.4 - Outros serviços marítimos	27	38,9	38,9	32,1	13,6	1,44
9 - Novos usos e recursos do mar	0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.a.
Total	2.601	414,4	306,1	236,5	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

n.a. – não se aplica.

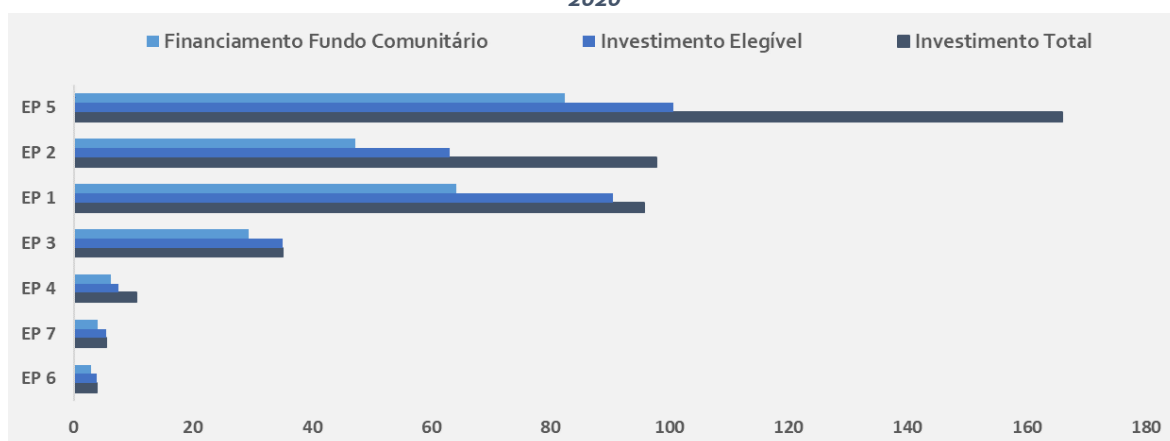
Figura 14 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por sectores económicos / área de investimento na Economia do Mar no MAR 2020



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

As 1.604 operações aprovadas no EP5 – “Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura” concentram 34,9% dos fundos atribuídos pelo Mar 2020, o que equivale a 82,5 milhões de euros, seguindo-se o EP1 – “Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva”, com 64,2 milhões de euros (27,1%). Esta evidência está em linha com a estrutura do financiamento por artigo, alínea do FEAMP, que destaca as operações de “Apoio à Indústria de Transformação” previstas no artigo 69.º, financiadas com 48,7 milhões de euros. Seguem-se as operações previstas no Artigo 43º, N.º 1 e N.º 3 – “Melhoria em portos, lotas, locais desembarque, construção e modernização de abrigos” com 38,5 milhões de euros.

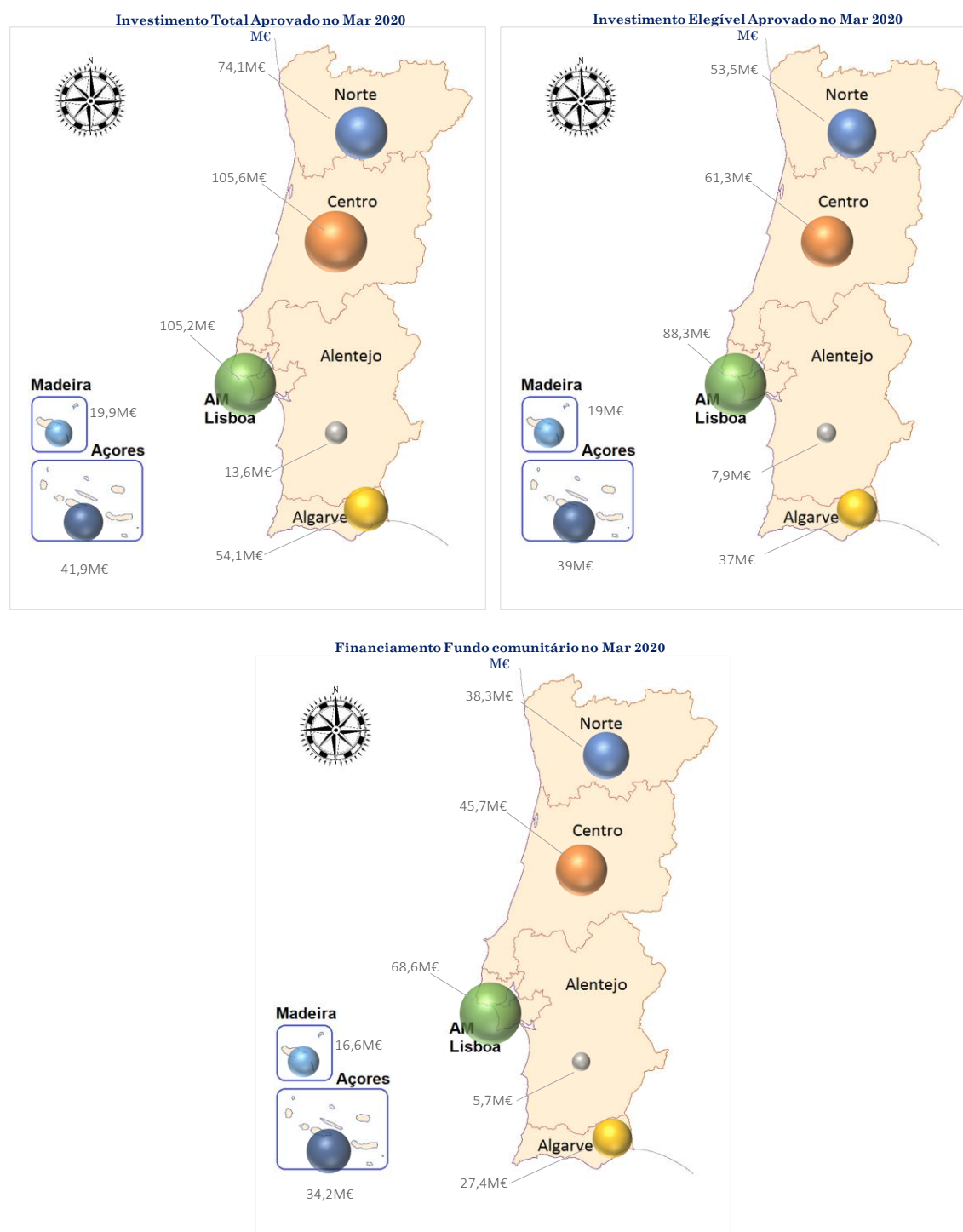
Figura 15 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por eixo prioritário do MAR 2020



*Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.*

As 165 operações da região da Área Metropolitana de Lisboa justificaram a maior parcela de fundos atribuídos pelo Mar 2020 (68,6 milhões de euros). Seguiu-se a Região Centro, com 236 operações aprovadas que receberam um total de 45,7 milhões de euros. Apesar de se tratar da região com maior número de operações aprovadas neste programa (1346), os Açores receberam 34,2 milhões de euros, ocupando o quarto lugar do ranking de financiamento Mar 2020 por NUTSII.

Figura 16 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado pelo MAR 2020



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Capítulo 3.2.3 - Monitorização das realizações dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no mar

A Tabela 25 presente no Anexo IV resume as realizações contratualizadas pelos PO no conjunto de Operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2018, devidamente classificadas por indicador, de acordo o objetivo temático PT2020 e respetiva prioridade de investimento identificada, e domínio (Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

Competitividade e Internacionalização

- Ao nível do reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (OT 1) importa referir:
 - As 355 operações apoiadas na área de I&D&I pelo COMPETE 2020 e pelos diferentes PO regionais, no âmbito do FEDER, e o apoio à melhoria de 33 infraestruturas de investigação, assegurando o emprego a 453 indivíduos, dos quais 269 investigadores.
 - O apoio a 124 empresas por parte do COMPETE 2020 e dos PO regionais do continente no âmbito da promoção do investimento em I&I, do desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;
 - As 66 empresas apoiadas no âmbito de atividades em cooperação com instituições de investigação pelos diferentes PO. Refira-se, ainda, o apoio ao investimento em inovação, nomeadamente à introdução de novos produtos; que beneficiou 12 empresas.
- No quadro do reforço da competitividade das PME e dos setores das pescas e da aquicultura (OT3) é de destacar:
 - O apoio à exploração económica de novas ideias e criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (125 empresas apoiadas pelos diferentes PO regionais do continente, que asseguraram a criação de mais 114 ETI);
 - A aposta na internacionalização recorrendo ao desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, que se traduziu no apoio a 19 projetos de promoção turística no âmbito do FEDER e assegurou a criação de 114 empregos ETI;
 - O apoio a 57 empresas para introdução de novos produtos no mercado, facilitando a criação e alargamento das capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços,
 - A preocupação com a promoção de uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseadas no conhecimento e promoção da comercialização e transformação que esteve

associada ao apoio a 162 projetos nos domínios do valor acrescentado e da qualidade; da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos; da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com os cientistas; dos investimentos produtivos na aquicultura; do aumento potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal; das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento e ao tratamento de resíduos.

Inclusão Social e Emprego

- A preocupação com a sustentabilidade e qualidade do emprego e o apoio à mobilidade do emprego (OT8) e com a promoção da inclusão social e combate à pobreza e discriminação (OT 9) teve expressão no financiamento através de medidas de apoio a criação do emprego (incluindo o autoemprego e o investimento em atividades por conta própria, microempresas e na criação de empresas), de adaptação à mudança e ao aumento do emprego e coesão territorial no quadro das GAL pesca, mas também ao aumento do investimento no contexto de DLBC e das GAL pesca. Estas medidas foram apoiadas pelo PO ISE e pelos PO regionais do Norte, Centro e Alentejo no âmbito dos fundos do FSE, FEDER e FEAMP.

Capital Humano

- A crescente aposta no capital humano traduz-se no apoio ao investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências ao longo da vida (OT 10), refletido:
 - no apoio social a 1.183 estudantes nos cursos superiores dos níveis ISCED 5, 6 e 7 pelo PO CH e no apoio a 1.623 estudantes nos cursos técnicos superiores profissionais de nível ISCED 5 pelos PO NORTE 2020 e Centro e aos 2.709 bolsiros de doutoramento apoiados pelo PO CH, NORTE 2020, AÇORES 2020 e Madeira;
 - no apoio à frequência de cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional por 301 adultos, através do PO CH;
 - no apoio a 552 jovens nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 (PO CH, AÇORES 2020 e MADEIRA 14-20) e 184 jovens em cursos de especialização tecnológica (CET) de nível ISCED 4 (Norte) no quadro do FSE.

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

- O objetivo de apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores (OT 4) incentivou o financiamento a 43 projetos no domínio da eficiência energética e da atenuação dos efeitos das alterações climáticas.

- As operações aprovadas visaram a prevenção e a gestão de riscos e a adaptação às alterações climáticas (OT 5), numa extensão da faixa costeira intervencionada de 68 km e foram financiadas pelo PO SEUR e pelo PO AÇORES 2020.
- A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, inerentes à proteção do ambiente e a promoção da eficiência dos recursos (OT 6), justificou a intervenção em 12.628 hectares de superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação. Todas as operações foram apoiadas pelo PO SEUR e PO AÇORES 2020.

Capítulo 4 - Monitorização do contributo do Portugal 2020, Programa de Cooperação INTERREG V-A Madeira, Açores e Canárias e do Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico para o Plano de Ação para o Atlântico

A intensidade de alinhamento entre o Portugal 2020, EA e MAC, ao nível das Prioridades e dos objetivos específicos da EMUEEA consta da **Tabela 24** do Anexo IV.

Cerca de 45,8% das Operações Mar aprovadas contribuíram para o cumprimento das prioridades da Estratégia da UE para o Atlântico. Das 4.012 Operações Mar aprovadas, 1.839 contribuíram para a EMUEEA, com um investimento total de 1.638,7 milhões de euros (86,1% do investimento realizado). O montante de fundos comunitários atribuídos a estas operações representou 82,2% do total de fundos comunitários atribuídos às Operações Mar (PT2020+EA+MAC).

O apoio comunitário centrou-se principalmente em “Promover o empreendedorismo e a inovação” (OT 1) (54,6% do financiamento), cujos projetos apresentaram um investimento total de 867,1 milhões de euros (52,9% do investimento total) e um investimento elegível de 732,7 milhões de euros (54,4% do investimento elegível).

Tabela 9- Contributo do Portugal 2020, EA e MAC para as Prioridades do PAA (EMUEEA)

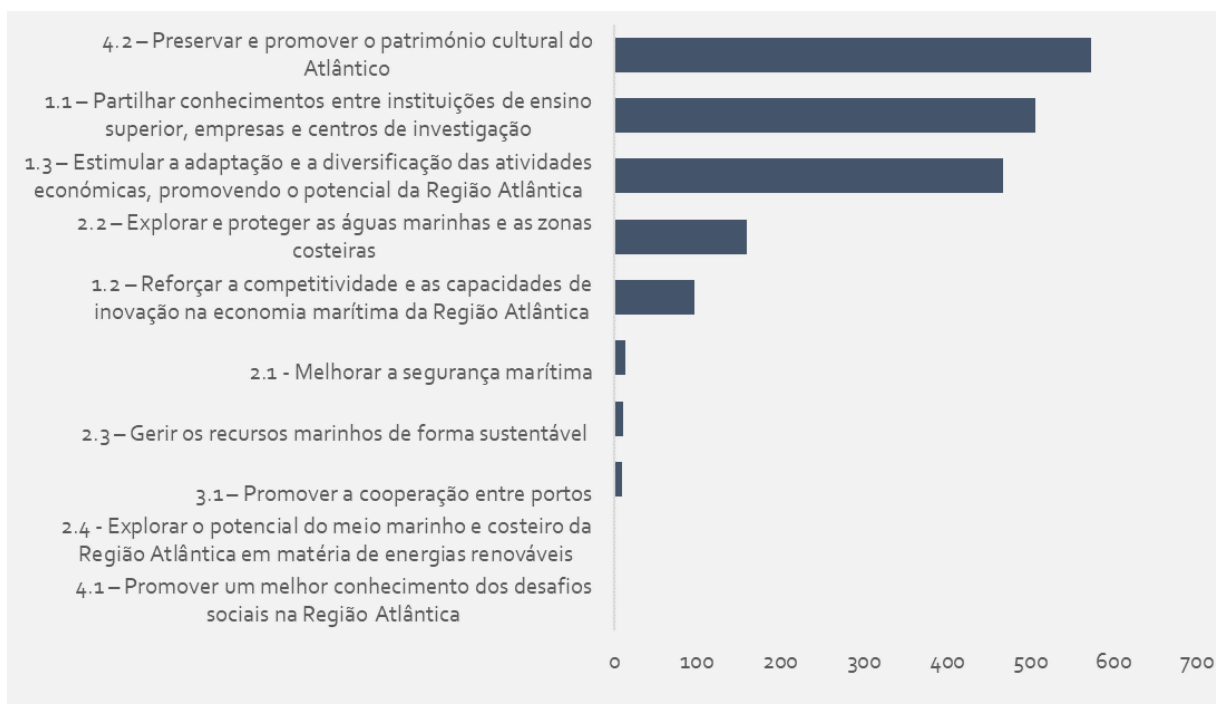
Prioridades Estratégia do Atlântico	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
		M€	M€	%	M€	
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.070	867,1	732,7	494,3	54,6	1,17
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	186	43,7	38,3	32,2	3,6	0,23
3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	10	189,8	164,8	140,0	15,5	18,98
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	573	538,0	411,8	239,5	26,4	0,94
Total contributo para Estratégia do Atlântico	1.839	1638,8	1347,4	906,0	100,0	
% no total de Operações Mar aprovadas	45,8	86,1	84,1	82,2		

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Com base na metodologia estabelecida para o alinhamento dos PO e os objetivos específicos do PAA, observa-se uma predominância das operações relacionadas com os objetivos “preservar e promover o património cultural do Atlântico” e “partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação”.

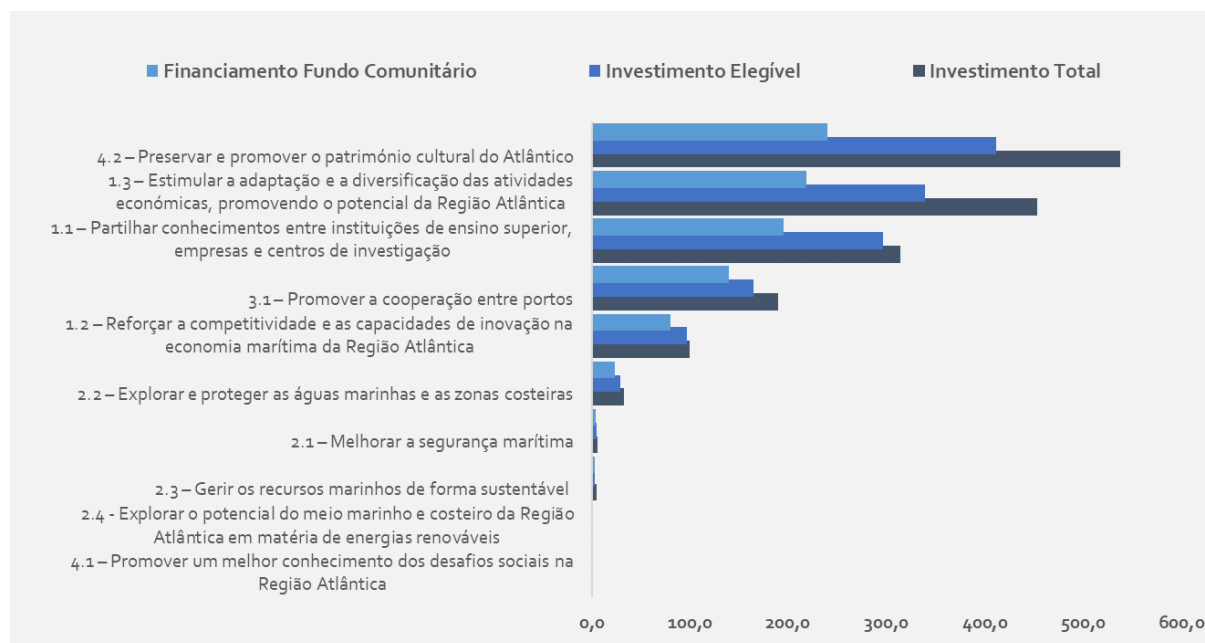
Figura 17 – Número de Operações Mar aprovadas por objetivos específicos do PAA (EMUEAA)



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais. Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

As operações cujo objetivo foi “preservar e promover o património cultural do Atlântico” foram as que mais investimento realizaram (32,8%) mas também as que obtiveram o maior valor de financiamento (26,4%). As operações que visaram “estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica” foram a segunda tipologia de operações mais financiada (24,1%).

Figura 18 – Investimento em Operações Mar aprovadas por objetivos específicos do PAA (EMUEAA)



Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.
Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Capítulo 5 – Considerações finais

O presente relatório teve como objetivo principal apresentar os principais resultados da monitorização da execução dos programas operacionais no que se refere às realizações no mar, em termos de volume de operações e respetivo montante de investimento e financiamento comunitário.

Neste exercício de monitorização do apoio dos FEEI à política do mar em Portugal e aos objetivos do Plano de Ação da União Europeia para a Área do Atlântico, foram consideradas as Operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2018, mesmo que ainda não contratadas ou em execução nessa data.

Face ao primeiro exercício de monitorização integrada apresentado em 2017, e com referência às operações aprovadas até 31 de dezembro de 2016, foram aprovadas mais 3.333 operações, a que correspondeu um investimento total na ordem dos 1.451 milhões de euros e à atribuição de mais 788 milhões de euros em fundos comunitários.

Em termos de indicadores de realização ainda só é possível uma análise de valores contratualizados, uma vez que a generalidade das operações ainda está em curso, pelo que a maioria dos resultados serão avaliados após estas estarem concluídas.

No ano de 2020, perspetiva-se que a monitorização integrada da utilização dos FEEI no mar seja complementada com um exercício de avaliação do contributo do Portugal 2020 para a ENM 2013-2020. Esta avaliação será realizada por uma equipa independente, tendo por base as realizações alcançadas e a avaliação dos respetivos impactos da utilização dos FEEI no mar.

ANEXO I – Alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

Tabela 10 - Intensidade de alinhamento entre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e as Prioridades de Investimento do Portugal 2020

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
Domínio da Competitividade e Internacionalização				
OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	5
	1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento (I&D) e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	5
OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade	2.3. Reforço das aplicações de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	FEDER	Governança	4
OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	FEDER	Economia e Comércio (pode ser subdividido em setores)	4
	Promover uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseadas no conhecimento, e promoção da comercialização e da transformação	FEAMP	Economia e Comércio subdividido em setores: Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura	5
OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	7.1. Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)	FC	Portos, transportes e logística	4
	7.2. Melhoria da mobilidade regional, com a ligação dos nós secundários e terciários à infraestrutura da RTE-T;	FEDER	Portos, transportes e logística	4
	7.3. Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais	FC/ FEDER (RA)	Portos, transportes e logística	3

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	FSE	Emprego	4
	Promoção do capital humano	FEAMP	Educação, Ciência e Tecnologia	5
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	FSE	Governança	4
	11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	FSE	Governança	4
Domínio da Inclusão Social e Emprego				
OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.1. O acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	8.3 Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	4
	8.8 Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividades por conta própria, microempresas e criação de empresas	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	1
	Aumentar o emprego e a coesão territorial (Gal - pesca)	FEAMP	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	5
OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.6. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FSE	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	5
	9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	2
	9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	FEDER	Emprego Distribuição de rendimento e equidade	5
Domínio do Capital Humano				
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	1
	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	4
	10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	5
	10.4 – Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de	FSE	Educação, Ciência e Tecnologia	5

Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Fundo	ENM 2013-2020	Intensidade do alinhamento Portugal 2020/ENM 2013-2020 (1 a 5)
	antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem			
	10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	FEDER	Educação, Ciência e Tecnologia	3
Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos				
OT 4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	4.1. A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis	FC/ FEDER (RA)	Recursos Energéticos Marinhos Carbono e energia	5
	4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas	FEDER	Recursos Energéticos Marinhos Carbono e energia	2
	Contribuir para a atenuação dos efeitos das alterações climáticas - aumentar a eficiência energética	FEAMP	Pesca e Indústria do Pescado Carbono e energia	5
OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos	5.1. Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	FC/ FEDER (RA)	Oceano, atmosfera e sistema integrado	5
	5.2. Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes	FC/ FEDER (RA)	Proteção e salvaguarda Obras marítimas - articulação com litoral	5
OT 6. Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	FEDER	Recreio, Desporto e Turismo	5
	6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da Rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	FC/ FEDER	Oceano, atmosfera e sistema integrado	5
	6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído	FC/ FEDER	Obras marítimas - articulação com litoral	1
	Promover uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes em termos de recursos	FEAMP	Pesca e Indústria do Pescado Aquicultura	5
	Fomentar a execução da PCP	FEAMP	Governança	5
	Fomentar a execução da PMI, nomeadamente através da partilha de informação marítima	FEAMP	Governança	5

Legenda: 5=mais forte; 1=mais fraco

5
4
3
2
1

ANEXO II–Correspondência entre as áreas/setores de investimento no ITI Mar e os agrupamentos de atividade económica da Conta Satélite do Mar (CSM)

Tabela 11 - Correspondência entre as áreas/setores de investimento no ITI Mar e os agrupamentos de atividade económica da CSM

Agrupamentos de atividade económica Conta Satélite do Mar ⁷	Sector/área de investimento ITI Mar
1. Pesca, aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos	1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos
	1.2 - Aquicultura
	1.3 - Transformação dos produtos da pesca
2. Recursos marinhos não vivos	2.1 - Recursos minerais marinhos
	2.2 - Salicultura
	2.3 - Energias renováveis
	2.4 - Outras fontes de energias
3. Portos, transportes e logística	3. - Portos, transportes e logística
4. Recreio, desporto, cultura e turismo	4.1 - Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas
	4.2.A - Turismo costeiro (Alojamento)
	4.2.B - Turismo costeiro (Restauração e Agências de Viagem)
5. Construção, manutenção e reparação naval	5. - Construção, manutenção e reparação naval
6. Equipamento marítimo	6. - Equipamento marítimo
7. Infraestruturas e obras marítimas	7.1 - Requalificação do litoral
	7.2 - Outras infraestruturas e obras marítimas
8. Serviços marítimos	8.1 - I&D&I
	8.2.A - Serviços marítimos (Governança)
	8.2.B - Serviços marítimos (Proteção ambiental e alterações climáticas)
	8.3 - Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação
	8.4 - Outros serviços marítimos
9. Novos usos e recursos do mar	9. - Novos usos e recursos do mar

⁷ <https://www.dgpm.mm.gov.pt/conta-satelite-do-mar>

ANEXO III– Resultados dos Fundos Estruturais e de Investimento no Mar

Tabela 12 - Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático (Portugal 2020) e por Prioridade (EA)

Objetivo temático (Portugal 2020 e MAC) ou Prioridade (EA)	Operações aprovadas MAR			
	Total		Sem cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e sem compensações às RA	
			N.º	%
Assistência Técnica – MAR 2020	9	0,2	9	0,4
OT 01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	479	11,9	479	22,8
OT 02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	6	0,1	6	0,3
OT 03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	2.872	71,6	974	46,4
OT 04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	116	2,9	116	5,5
OT 05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	91	2,3	91	4,3
OT 06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	126	3,1	110	5,2
OT 07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	10	0,2	10	0,5
OT 08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	135	3,4	135	6,4
OT 09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	55	1,4	55	2,6
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	63	1,6	63	3,0
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	2	0,0	2	0,1
P 1 – Promover a Inovação e a competitividade	17	0,4	17	0,8
P 2 – Promover a eficiência dos recursos	11	0,3	11	0,5
P 3 - Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana	6	0,1	6	0,3
P 4 - Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais	14	0,3	14	0,7
Total	4.012	100	2.098	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 13 – Número de Operações Mar aprovadas por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar

Sector Económico ou Área de Investimento na Economia do Mar	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos	2.268	56,5
1.2 - Aquicultura	84	2,1
1.3 - Transformação dos produtos da pesca	90	2,2
2.1 - Recursos minerais marinhos	0	0,0
2.2 - Salicultura	7	0,2
2.3 - Energias renováveis	10	0,2
2.4 - Outras fontes de energias	3	0,1
3 - Portos, transportes e logística	22	0,5
4.1 - Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas	166	4,1
4.2.A - Turismo costeiro (Alojamento)	365	9,1
4.2.B - Turismo costeiro (Restauração e Agências de Viagem)	8	0,2
5 - Construção, manutenção e reparação naval	37	0,9
6 - Equipamento marítimo	29	0,7
7.1 - Requalificação do litoral	77	1,9
7.2 - Outras infraestruturas e obras marítimas	10	0,2
8.1 - I&D&I	549	13,7
8.2.A - Serviços marítimos (Governança)	15	0,4
8.2.B - Serviços marítimos (Proteção ambiental e alterações climáticas)	65	1,6
8.3 - Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação	113	2,8
8.4 - Outros serviços marítimos	65	1,6
9 - Novos usos e recursos do mar	13	0,3
impossível determinar o sector económico ou área de investimento (*)	16	0,4
Total	4.012	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

(*) Operações para as quais não existe informação disponível que permita determinar o sector económico ou área de investimento em que se enquadram.

Tabela 14– Número de Operações Mar aprovadas por região NUTS II

Regiões NUTS II	Operações aprovadas MAR			
	Total		Sem cessações temporárias e imobilizações definitivas das atividades de pesca e sem compensações às RA	
	N.º	%	N.º	%
Norte	560	14,0	394	18,8
Centro	432	10,8	345	16,4
Área Metropolitana de Lisboa	309	7,7	292	13,9
Alentejo	88	2,2	68	3,2
Algarve	428	10,7	308	14,7
Açores	1.660	41,4	355	16,9
Madeira	264	6,6	65	3,1
Multirregional*	208	5,2	208	9,9
Transnacional**	63	1,6	63	3,0
Total	4.012	100	2.098	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

(*) – Operações executadas em mais do que uma das zonas NUT II de Portugal.

(**) - Operações executadas em mais do que um país.

Tabela 15- Número de Operações Mar aprovadas por Objetivo Temático no MAR 2020

Objetivo temático	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
Assistência Técnica – MAR 2020	9	0,3
OT 01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	0	0,0
OT 02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	0	0,0
OT 03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	2.322	89,3
OT 04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	115	4,4
OT 05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	0	0,0
OT 06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	78	3,0
OT 07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	0	0,0
OT 08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	77	3,0
OT 09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	0	0,0
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	0	0,0
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	0	0,0
Total	2.601	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 16– Número de Operações Mar aprovadas por tipologia de operação (artigo e alínea do FEAMP) no MAR

2020

Artigo e alínea do FEAMP MAR 2020	Operações aprovadas MAR	
	N.º	%
Artigo 26º - Inovação	6	0,2
Artigo 28º - Parcerias pescadores e cientistas	10	0,4
Artigo 31º - Arranque jovens pescadores	7	0,3
Artigo 32º - Saúde e segurança	100	3,8
Artigo 33º - Cessação Temporária	394	15,1
Artigo 34º - Imobilização definitiva	16	0,6
Artigo 40º, número 1, alíneas b-g - Recifes artificiais e outras ações para preservar biodiversidade	25	1,0
Artigo 41º, número 1 (a+b+c) - Eficiência Energética a bordo	35	1,3
Artigo 41º, número 2 -Substituição motores	80	3,1
Artigo 42º - Investimentos a Bordo – Valor Acrescentado, Qualidade dos produtos, uso capturas indesejadas	1	0,0
Artigo 43º, número 1 e número 3 - Melhoria em portos, lotas, locais desembarque, construção e modernização de abrigos	72	2,8
Artigo 43º, número 2 - Investimentos em portos para facilitar descargas de todas as capturas	14	0,5
Artigo 47º - Inovação na aquicultura	46	1,8
Artigo 48º, número 1, alíneas a-d) e f-h) - Investimentos produtivos na aquicultura	47	1,8
Artigo 49º - Aconselhamento	3	0,1
Artigo 51º - Desenvolvimento dos sítios aquícolas	2	0,1
Artigo 56º - Medidas de saúde e bem-estar animal	27	1,0
Artigo 62º, alínea d) - Custos operacionais e animação	12	0,5
Artigo 62º, número 1, alínea a) - Apoio preparatório	16	0,6
Artigo 63º - Execução das estratégias de DLBC	49	1,9
Artigo 66º -Planos de Produção e Comercialização - O.P.	19	0,7
Artigo 67º - Ajuda à armazenagem	4	0,2
Artigo 68º - Medidas de comercialização (Criação OP + promover Qualidade + novos mercados)	28	1,1
Artigo 69º - Apoio à Indústria de Transformação	49	1,9
Artigo 70º - Compensações às RUP	1.504	57,8
Artigo 76º número 2, alínea e) - Controlo e vigilância	1	0,0
Artigo 76º, número 2 - Controlo e vigilância no âmbito da PCP	8	0,3
Artigo 77º - Recolha de dados no âmbito da PCP	8	0,3
Artigo 78º - Assistência Técnica	9	0,3
Artigo 80º, número 1, alínea a) Domínio da VMI (CISE)	8	0,3
Artigo 80º, número 1, alínea c) Domínio do Conhecimento do Meio Marinho	1	0,0
Total	2.601	100

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 17 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)

Objetivo temático (Portugal 2020 e MAC) ou Prioridade (EA)	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
		M€	M€	%	M€	
Assistência Técnica – MAR 2020	9	5,4	5,4	4,0	0,4	0,60
OT 01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	479	301,3	286,0	185,8	16,9	0,63
OT 02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	6	4,8	4,7	2,7	0,2	0,81
OT 03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	2.872	975,7	740,1	452,8	41,1	0,34
OT 04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	116	3,8	1,6	1,1	0,1	0,03
OT 05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	91	139,2	134,7	112,0	10,2	1,53
OT 06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	126	103,5	98,3	77,3	7,0	0,82
OT 07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	10	189,8	164,8	140,0	12,7	18,98
OT 08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	135	58,0	54,4	29,9	2,7	0,43
OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	55	2,6	2,3	1,2	0,1	0,05
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	63	97,2	94,1	79,2	7,2	1,54
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	2	0,4	0,3	0,2	0,0	0,18
P 1 – Promover a Inovação e a competitividade	17	7,9	6,0	6,0	0,5	0,47
P 2 – Promover a eficiência dos recursos	11	4,6	3,4	3,4	0,3	0,42
P 3 - Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana	6	2,3	1,7	1,7	0,2	0,38
P 4 - Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais	14	6,3	4,7	4,7	0,4	0,45
Total	4.012	1.902,8	1.602,3	1.102,2	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 18- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Sector económico / área de investimento na Economia do Mar

Setor Económico ou Área de Investimento na Economia do Mar	N.º	Operações aprovadas MAR				
		Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível	M€	%	M€
		M€		M€		
1.1 - Pesca e comercialização dos seus produtos	2.268	118,8	109,9	82,4	7,5	0,05
1.2 - Aquicultura	84	69,5	35,5	26,9	2,4	0,83
1.3 - Transformação dos produtos da pesca	90	137,9	74,7	58,3	5,3	1,53
2.1 - Recursos minerais marinhos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	na
2.2 - Salicultura	7	1,2	1,1	0,7	0,1	0,17
2.3 - Energias renováveis	10	3,8	3,0	2,8	0,3	0,38
2.4 - Outras fontes de energias	3	24,7	24,3	12,3	1,1	8,24
3 - Portos, transportes e logística	22	140,1	122,7	102,0	9,3	6,37
4.1 - Recreio, desporto, cultura e marítimo-turísticas	166	70,5	62,0	40,6	3,7	0,42
4.2.A - Turismo costeiro (Alojamento)	365	452,0	332,8	179,9	16,3	1,24
4.2.B - Turismo costeiro (Restauração e Agências de Viagem)	8	0,3	0,2	0,1	0,0	0,03
5 - Construção, manutenção e reparação naval	37	103,9	91,4	66,0	6,0	2,81
6 - Equipamento marítimo	29	38,2	35,8	17,5	1,6	1,32
7.1 - Requalificação do litoral	77	135,5	130,2	108,1	9,8	1,76
7.2 - Outras infraestruturas e obras marítimas	10	8,3	6,0	4,8	0,4	0,83
8.1 - I&D&I	549	341,3	324,7	214,8	19,5	0,62
8.2.A - Serviços marítimos (Governação)	15	10,2	10,1	6,7	0,6	0,68
8.2. B - Serviços marítimos (Proteção ambiental e alterações climáticas)	65	36,3	34,8	28,8	2,6	0,56
8.3 - Ensino, formação profissional, estágios e apoio à contratação	113	145,0	141,5	104,2	9,5	1,28
8.4 - Outros serviços marítimos	65	57,8	55,6	41,5	3,8	0,89
9 - Novos usos e recursos do mar	13	3,9	3,2	2,3	0,2	0,30
impossível determinar o sector económico ou área de investimento (*)	16	3,7	2,9	1,3	0,1	0,23
Total	4.012	1.902,8	1.602,3	1.102,2	100	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

(*) Operações para as quais não existe informação disponível que permita determinar o sector económico ou área de investimento em que se enquadram.

Tabela 19- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por eixo prioritário do MAR

2020

Eixo Prioritário MAR 2020	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível	Fundo Comunitário		
		M€		M€	%	
EP1 - Promover uma Pesca Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva	760	95,8	90,6	64,2	27,1	0,13
EP2 - Promover uma Aquicultura Sustentável, Eficiente, Inovadora e Competitiva	125	97,8	63,1	47,3	20,0	0,78
EP3 - Dinamizar a Execução da Política Comum de Pesca	17	35,1	35,1	29,3	12,4	2,06
EP4 - Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial (DLBC)	77	10,5	7,5	6,3	2,7	0,14
EP5 - Promover a Comercialização e Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	1.604	166,0	100,7	82,5	34,9	0,10
EP6 - Fomentar a Execução da Política Marítima Integrada	9	3,8	3,8	2,9	1,2	0,42
EP7 - Assistência Técnica	9	5,4	5,4	4,0	1,7	0,60
Total	2.601	414,4	306	236,5	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

**Tabela 20- Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por artigo e alínea do
FEAMP MAR 2020**

Artigo, alínea do FEAMP MAR 2020	N.º	Operações aprovadas MAR				
		Investimento		Financiamento		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível	Fundo Comunitário		
		M€		M€	%	M€
Artigo 26º - Inovação	6	3,4	3,4	2,5	1,1	0,57
Artigo 28º - Parcerias pescadores e cientistas	10	4,7	4,7	3,6	1,5	0,47
Artigo 31º - Arranque jovens pescadores	7	0,6	0,1	0,1	0,0	0,09
Artigo 32º - Saúde e segurança	100	4,6	2,6	1,9	0,8	0,05
Artigo 33º - Cessação Temporária	394	12,2	12,2	6,1	2,6	0,03
Artigo 34º - Imobilização definitiva	16	1,9	1,9	1,0	0,4	0,12
Artigo 40º, N.º 1, alíneas b-g - Recifes artificiais e outras ações para preservar biodiversidade	25	13,0	13,0	9,7	4,1	0,52
Artigo 41º, N.º 1. (a+b+c) - Eficiência Energética a bordo	35	1,5	0,7	0,5	0,2	0,04
Artigo 41º, N.º 2 - Substituição de motores	80	1,9	0,6	0,3	0,1	0,02
Artigo 42º - Investimentos a Bordo - Valor Acrescentado, Qualidade dos produtos, uso de capturas indesejadas	1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
Artigo 43º, N.º 1 e N.º 3 - Melhoria em portos, lotas, locais desembarque, construção e modernização de abrigos	72	45,8	45,6	34,2	14,5	0,64
Artigo 43º, N.º 2 - Investimentos em portos para facilitar descargas de todas as capturas	14	6,2	5,8	4,4	1,9	0,44
Artigo 47º - Inovação na aquicultura	46	25,8	24,5	18,4	7,8	0,56
Artigo 48º, N.º 1, alíneas a-d) e f-h) - Investimentos produtivos na aquicultura	47	63,0	29,7	22,2	9,4	1,34
Artigo 49º - Aconselhamento	3	4,1	4,1	3,1	1,3	1,37
Artigo 51º - Desenvolvimento dos sítios aquícolas	2	1,5	1,5	1,1	0,5	0,75
Artigo 56º - Medidas de saúde e bem-estar animal	27	3,3	3,3	2,5	1,1	0,12
Artigo 62º, alínea d) - Custos operacionais e animação	12	2,8	2,8	2,3	1,0	0,23
Artigo 62º, N.º 1, alínea a) - Apoio preparatório	16	0,3	0,3	0,3	0,1	0,02
Artigo 63º - Execução das estratégias de DLBC	49	7,4	4,4	3,7	1,6	0,15
Artigo 66º - Planos de Produção e Comercialização - O.P.	19	4,4	3,3	2,5	1,1	0,23
Artigo 67º - Ajuda à armazenagem	4	0,7	0,7	0,7	0,3	0,18
Artigo 68º - Medidas de comercialização (Criação OP + promover Qualidade + novos mercados)	28	5,4	4,2	3,1	1,3	0,19
Artigo 69º - Apoio à Indústria de Transformação	49	128,0	65,0	48,7	20,6	2,61
Artigo 70º - Compensações às RUP	1.504	27,5	27,5	27,4	11,6	0,02
Artigo 76º N.º 2, alínea e) - Controlo e vigilância	1	1,8	1,8	1,3	0,5	1,80
Artigo 76º, N.º 2 - Controlo e vigilância no âmbito da PCP	8	13,6	13,6	12,2	5,2	1,70
Artigo 77º - Recolha de dados no âmbito da PCP	8	19,7	19,7	15,8	6,7	2,46
Artigo 78º - Assistência Técnica	9	5,4	5,4	4,0	1,7	0,60
Artigo 80º, N.º 1, alínea a) Domínio da VMI (CISE)	8	3,7	3,7	2,8	1,2	0,46
Artigo 80º, N.º 1, alínea c) Domínio do Conhecimento do Meio Marinho	1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,10
Total	2.601	414,4	306	236,5	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 21 – Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por Objetivo Temático (PT2020 e MAC) e Prioridade (EA)

Objetivo temático (Portugal 2020 e MAC) ou Prioridade (EA)	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível	M€	%	
Assistência Técnica – MAR 2020	9	5,4	5,4	4,0	0,4	0,60
OT 01 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	479	301,3	286,0	185,8	16,9	0,63
OT 02 - Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	6	4,8	4,7	2,7	0,2	0,81
OT 03 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas	2.872	975,7	740,1	452,8	41,1	0,34
OT 04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	116	3,8	1,6	1,1	0,1	0,03
OT 05 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	91	139,2	134,7	112,0	10,2	1,53
OT 06 - Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética	126	103,5	98,3	77,3	7,0	0,82
OT 07 - Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	10	189,8	164,8	140,0	12,7	18,98
OT 08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	135	58,0	54,4	29,9	2,7	0,43
OT 09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	55	2,6	2,3	1,2	0,1	0,05
OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	63	97,2	94,1	79,2	7,2	1,54
OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	2	0,4	0,3	0,2	0,0	0,18
P 1 – Promover a Inovação e a competitividade	17	7,9	6,0	6,0	0,5	0,47
P 2 – Promover a eficiência dos recursos	11	4,6	3,4	3,4	0,3	0,42
P 3 - Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana	6	2,3	1,7	1,7	0,2	0,38
P 4 - Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais	14	6,3	4,7	4,7	0,4	0,45
Total	4.012	1.902,8	1.602,3	1.102,2	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

Tabela 22 - Investimento total, investimento elegível e fundo comunitário aprovado por natureza do beneficiário

Natureza Jurídica do Beneficiário	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento médio por operação
		Custo total	Custo elegível			
		M€	M€	M€	%	M€
Administração Pública	371	457,9	438,6	337,0	30,6	1,23
Associações, Fundações e Cooperativas	446	201,3	191,8	142,0	12,9	0,45
Empresas	1.624	1.172,2	908,4	574,7	52,1	0,72
Património Autónomo	30	0,5	0,5	0,5	0,0	0,02
Pessoa Singular	1.489	45,6	42,6	29,5	2,7	0,03
ND	52	25,3	20,4	18,5	1,7	0,49
Total	4.012	1.902,8	1.602,3	1.102,2	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

ND - Não Disponível.

Tabela 23 - Contributo do Portugal 2020, do MAC e do EA para os objetivos específicos do PAA (EMUEAA)

Objetivos específicos Estratégia do Atlântico	Operações aprovadas MAR					
	N.º	Investimento		Financiamento Fundo Comunitário		Investimento Médio por Operação
		Custo Total	Custo Elegível			
		M€		M€	%	M€
1.1 – Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	506	314,0	296,7	195,3	21,6	0,62
1.2 – Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	97	99,9	96,7	80,6	8,9	1,03
1.3 – Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	467	453,2	339,4	218,4	24,1	0,97
2.1 - Melhorar a segurança marítima	14	6,0	5,4	4,5	0,5	0,43
2.2 – Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	160	32,8	29,1	24,0	2,6	0,21
2.3 – Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	11	4,6	3,4	3,4	0,4	0,42
2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	1	0,4	0,4	0,3	0,0	0,37
3.1 – Promover a cooperação entre portos	10	189,8	164,8	140,0	15,5	18,98
4.1 – Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00
4.2 – Preservar e promover o património cultural do Atlântico	573	538,0	411,8	239,5	26,4	0,94
Total contributo para Estratégia do Atlântico	1.839	1638,8	1347,4	906,0	100,0	

Fonte: Cálculos ITI Mar considerando dados fornecidos pelos Programas Operacionais.

Situação à data de 31 de dezembro de 2018, última atualização dos dados a 10 de dezembro de 2019.

ANEXO IV - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão e as prioridades do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas com as prioridades e os objetivos específicos do Plano de Ação para o Atlântico

Tabela 24 - Alinhamento entre as Prioridades de Investimento, Fundos da Política de Coesão e as prioridades do FEAMP com as prioridades e os objetivos específicos do PAA (EMUEAA)

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)
Prioridades	Objetivos específicos		
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 – Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	(a) A ligação em rede e a investigação em cooperação entre centros de investigação, o ensino superior e as empresas nos Estados-Membros;	Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe): • Prioridade 1 - Promover a Inovação e a competitividade MAC (projetos em que Portugal participe): Objetivo Temático 1 • Prioridade de Investimento 1.1 - Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu • Prioridade de Investimento 1.2 - Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral (ENEI) PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 1 • Prioridade de Investimento 1.1 - Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu • Prioridade de Investimento 1.2 - Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral (ENEI) PO MAR 2020 / FEAMP: Objetivo Temático 3 • Formação - artigo 28º (<i>Parcerias entre cientistas e pescadores</i>)
		(b) A transferência de conhecimentos, perspetivas e competências entre o ensino superior, as empresas e os centros de investigação, nomeadamente através de polos e plataformas tecnológicas marítimos regionais, nacionais e transfronteiriços.	
		1.2 – Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	
Melhorar as competências nos setores tradicionais do Atlântico, nomeadamente a construção naval, a aquicultura e as pescas, bem como nos setores emergentes da «economia azul», mediante:	(a) A instauração de medidas de ensino e de formação, incluindo programas transfronteiriços e o reconhecimento mútuo dos programas nacionais de ensino e formação;		
	(b) A sensibilização para carreiras ligadas ao mar, com o objetivo de interessar os jovens pela cultura e carreiras marítimas, e a abordagem das dificuldades que impedem os jovens de enveredar por essas carreiras (por exemplo, através de cursos de vela, de cursos de tecnologia avançada e de outras iniciativas conjuntas para o Atlântico).		

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)
Prioridades	Objetivos específicos		
			aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas • Prioridade de Investimento 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem • Prioridade de Investimento 10.5 - Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas PO MAR 2020 / FEAMP: Objetivo Temático 8 • alínea a) do número 1 do artigo 29º (Pesca - Promoção do capital humano, da criação de emprego e do diálogo social) • artigo 50º (Aquicultura – Promoção do capital humano e da ligação em rede)
	1.3 – Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica Apoiar a reforma da política comum das pescas e a revitalização do setor da aquicultura da UE, promovendo:	(a) A elaboração de modelos multiespécies, artes de pesca e técnicas e tecnologias afins mais aperfeiçoados, que minimizem a pegada de carbono, os danos causados aos fundos marinhos, as devoluções e as capturas acessórias; (b) A partilha de informações sobre ferramentas que permitam aos gestores das pescas compreender melhor os impactos das medidas de gestão ao nível socioeconómico e ao nível do ecossistema; (c) A realização de investigações destinadas a aumentar o crescimento, a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade ambiental da aquicultura (incluindo a aquicultura ao largo) e a capacidade do setor para dar resposta às necessidades do mercado; (d) O reforço da posição de mercado dos produtos da pesca e da aquicultura originários da UE, melhorando a transformação, a rotulagem, a rastreabilidade e a certificação.	MAC (projetos em que Portugal participe): Objetivo Temático 3 • Prioridade de Investimento 3.4 - Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Nota: não inclui Turismo Costeiro (CAE: 5511 Estabelecimentos hoteleiros com restaurante; 5512 Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante; 5520 Residências para férias e outros alojamentos de curta duração; 5530 Parques de campismo e de caravanismo; 5590 Outros locais de alojamento) que deve ser incluído na Prioridade 4, Objetivo específico 4.2 da EA) Objetivo Temático 3 • Prioridade de Investimento 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas • Prioridade de Investimento 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização • Prioridade de Investimento 3.3 - Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços • Prioridade de Investimento 3.4 - Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação Objetivo Temático 8 • Prioridade de Investimento 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras • Prioridade de Investimento 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividades por conta própria, microempresas e criação de empresas Objetivo Temático 9 (com exceção de operações inseridas em DLBC Costeiras, que deverão ser contempladas na Prioridade 4, Objetivo específico 4.2 da EA) • Prioridade de Investimento 9.6 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária • Prioridade de Investimento 9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária Apoiar a reforma da política comum das pescas e a revitalização do setor da aquicultura da EU PO MAR 2020 / FEAMP: Objetivo Temático 3

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)
Prioridades	Objetivos específicos		
			• artigo 26º (Pesca - Inovação) • artigo 42º (Valor acrescentado, qualidade dos produtos e utilização das capturas indesejadas) • artigo 47º (Inovação) • alínea f) do número 1 do artigo 48º (Investimentos produtivos na aquicultura) • alíneas a) a d) e g) a h) do número 1 do artigo 48º (Investimentos produtivos na aquicultura) • artigo 49º (Serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento para as explorações aquícolas) • artigo 56º (Medidas de saúde e bem-estar animal) • artigo 68º (Medidas de comercialização) • Artigo 69º (Transformação de produtos da pesca e da aquicultura) Objetivo Temático 6 • número 2 do artigo 43º (Portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos) • artigo 38º (Limitação do impacto da pesca no meio marinho e adaptação da pesca à proteção das espécies) • alíneas e), i) e j) do número 1 do artigo 48º (Investimentos produtivos na aquicultura) • artigo 51.º (Aumento do potencial dos sítios aquícolas) • artigo 53º (Conversão para sistemas de ecogestão e auditoria e para a aquicultura biológica) • artigo 54º (Prestação de serviços ambientais pela aquicultura) • artigo 77º (Recolha de dados)
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 – Melhorar a segurança marítima		Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe): • Prioridade 3 Fortalecer a resiliência do território face aos riscos de origem natural, climática e humana (Objetivo 3.1 Fortalecer os sistemas de gestão de riscos) MAC (projetos em que Portugal participe): Objetivo Temático 5 • Prioridade Investimento 5.2 - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (SAFETY) para operações POSEUR da tipologia iii) Aquisição de equipamentos para combate à poluição marinha incluindo sistemas de reboque de barreiras PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 5 • Prioridade Investimento 5.2 - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (SAFETY) para operações POSEUR da tipologia iii) Aquisição de equipamentos para combate à poluição marinha incluindo sistemas de reboque de barreiras PO MAR 2020 / FEAMP: Objetivo Temático 6 • alínea a) do número 1 do artigo 80º (PMI – CISE - Operações elegíveis)
	Reforçar a segurança e a proteção dos marítimos, das populações, dos bens e dos ecossistemas costeiros, mediante:	(a) A avaliação e o alargamento, se necessário, dos mecanismos existentes de alerta, comunicação e reação às espécies marinhas invasivas e prejudiciais e o intercâmbio das melhores práticas sobre a forma de fazer face a essas ameaças;	
		(b) O apoio a iniciativas empreendidas pelos Estados-Membros no Atlântico, incluindo avaliações de risco, mecanismos de resposta coordenada e investimentos em equipamento de ponta que contribuam de forma adequada para melhorar a coordenação da prevenção e da resposta a ameaças ao meio marinho, catástrofes naturais, acidentes marítimos, derrames ou tráfico de petróleo e matérias perigosas;	
		(c) O desenvolvimento, ensaio e utilização de novas tecnologias para melhorar a inspeção dos navios e reforçar a segurança dos portos e do transporte marítimo, por meio de uma melhor integração dos dados transmitidos por satélite e por equipamentos de vigilância a partir do ar, do mar e de terra, e de instrumentos inovadores in situ destinados a melhorar o conhecimento da situação no domínio marítimo;	
		(d) A contribuição para a oferta de serviços regionais de informação ligada às bacias marítimas no âmbito do ambiente comum de partilha da informação (CISE), com base em normas aprovadas ao nível da UE e na experiência adquirida pelos Estados-Membros com projetos-piloto.	
	2.2 – Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras		Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe): Prioridade 4. Reforçar a biodiversidade e o património natural e cultural • Objetivo 4.1 – Promover a proteção da biodiversidade MAC (projetos em que Portugal participe): Objetivo Temático 6 • Prioridade Investimento 6.4. - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistema de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 5 • Prioridade Investimento 5.1 - Concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (SISTEMAS DE ALERTA nomeadamente
	Criar uma estrutura europeia de observação e previsão no oceano Atlântico, assente nas estruturas, plataformas e mecanismos existentes para apoiar a execução das políticas da UE, reduzir os custos para o setor, as autoridades públicas e as instituições de investigação, estimular a inovação e reduzir a incerteza no que toca ao comportamento do oceano Atlântico e ao impacto das alterações climáticas, mediante:	(a) A utilização de sistemas e mecanismos já existentes para criar e manter um programa integrado sustentável para a vigilância e a observação das costas, dos fundos marinhos e da coluna de água, que cubra as águas dos Estados-Membros, regiões ultraperiféricas e países e territórios ultramarinos da UE, da costa até às águas oceânicas de profundidade;	
		(b) O desenvolvimento de novos instrumentos e plataformas de observação dos oceanos e monitorização dos ecossistemas (incluindo a cartografia dos fundos marinhos), que permitam aumentar o número de parâmetros que podem ser medidos automaticamente, baixar os custos de observação e acelerar a divulgação dos dados aos utilizadores;	
		(c) A contribuição para uma maior eficácia da gestão, catalogação e distribuição de dados interoperáveis sobre o meio marinho e para a elaboração de um mapa multirresolução dos fundos marinhos, graças a contribuições para uma Rede Europeia de Observação e de Dados do Meio Marinho;	

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)		
Prioridades	Objetivos específicos				
		(d) O desenvolvimento de uma rede de sistemas de previsão oceanográfica costeira (incluindo avaliações de risco) que tenha por base os serviços relativos ao mar do programa « <i>Copernicus</i> ».	<i>Reestruturação e modernização dos sistemas de meteorologia (aeronáutica marítima e terrestre), para completar e reforçar a rede nacional de radares meteorológicos e incluindo a extensão à Região Autónoma da Madeira</i> • Prioridade Investimento 5.2. - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (<i>SISTEMAS DE ALERTA, nomeadamente Reforço dos sistemas de informação e de monitorização, incluindo a modernização do Sistema de Informação da Qualidade do Ar (QualAr), da Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente (RADNET), e da Rede de Alerta Geofísico Precoce e do Sistema de Alerta e Aviso à População, bem como incluindo a instalação e modernização de Sistemas Integrados de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios</i>		
	Contribuir para a criação de ferramentas e estratégias para dar resposta às alterações climáticas globais, incluindo estratégias de atenuação e adaptação, mediante:	(a) O apoio a uma avaliação da pegada de carbono da «economia azul» na Região Atlântica;		Objetivo Temático 6 • Prioridade Investimento 6.4. - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistema de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	
		(b) A criação de uma plataforma para o intercâmbio das melhores práticas em matéria de redução das emissões e de eficiência energética;			PO MAR 2020: Objetivo Temático 4 • número 1 e 2 do artigo 41º (<i>Eficiência energética e atenuação das alterações climáticas</i>) • alínea k do N.º 1 do artigo 48º (<i>Investimentos produtivos na aquicultura/eficiência energética</i>)
		(c) O estabelecimento de parcerias de cooperação, a fim de identificar e monitorizar os impactos das alterações climáticas globais nas atividades marítimas, nos ecossistemas e nas comunidades costeiras na Região Atlântica, nomeadamente melhorando as capacidades de previsão e avaliação dos riscos.			
	Apoiar a proteção do meio marinho e os esforços para alcançar o «bom estado ambiental» das águas do Atlântico até 2020, mediante:	(a) A contribuição para o desenvolvimento de uma rede coerente de zonas marinhas protegidas para a costa atlântica europeia tendo por base os planos nacionais, os mecanismos da comissão OSPAR e os sítios Natura 2000, recorrendo a boas práticas e a processos de avaliação comuns de que podem também beneficiar a Macaronésia e as regiões ultraperiféricas das Caraíbas;	Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe): Prioridade 2: Promover a eficiência dos recursos • Objetivo 2.1 – Promover a energia renovável e a eficiência energética • Objetivo 2.2 – Promover o crescimento verde, a eco inovação e a eficiência ambiental		
		(b) O aprofundamento da cooperação entre os Estados-Membros, nomeadamente no âmbito da comissão OSPAR, por exemplo em programas de monitorização coordenada e integrada e numa ação conjunta de recuperação dos ecossistemas.		PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 4 • Prioridade Investimento 4.1 - A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis	
	Avaliar o valor social e económico e o funcionamento dos ecossistemas e da biodiversidade do Atlântico, a fim de apoiar a tomada de decisões.		PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão: Objetivo Temático 7 • Prioridade Investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na rede transeuropeia de transportes (RTE-T)		
	Contribuir para os processos de ordenamento do espaço marítimo e de gestão costeira integrada dos Estados-Membros, por exemplo partilhando as melhores práticas e facilitando a coordenação transfronteiriça.				
	2.3– Gerir os recursos marinhos de forma sustentável				
	Compreender melhor a exequibilidade técnica, a viabilidade económica e o impacto ambiental da extração de minerais no oceano Atlântico e desenvolver e testar tecnologias inovadoras de exploração mineira.				
	Lançar as bases de uma biotecnologia marinha industrial europeia sustentável e com grande valor acrescentado, mediante:	(a) A exploração dos fundos marinhos e a avaliação da sua estrutura genética, da sua biodiversidade e do seu potencial para fornecer material à biotecnologia industrial, tendo em conta o direito internacional aplicável e a necessidade de proteger o meio marinho;			
		(b) O reforço das ligações entre a investigação e a indústria na Região Atlântica, a fim de desenvolver bio bancos e identificar mercados de bio produtos marinhos inovadores (biomedicina, engenharia de tecidos, produtos farmacêuticos, enzimas industriais) e de centrar a investigação na elaboração de processos industriais para o fabrico de tais produtos.			
	2.4 – Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis				
	Estudar formas de acelerar a exploração de formas sustentáveis de energias renováveis ao largo, promovendo:	(a) A avaliação e o mapeamento do potencial do oceano Atlântico europeu em recursos energéticos e a determinação do modo de atenuar o impacto no ambiente e na navegação da construção, da exploração e do desmantelamento de instalações no quadro de estratégias regionais de especialização inteligente em matéria de energia renovável ao largo;			
		(b) A contribuição para uma rede europeia de transporte de eletricidade que permita equilibrar a carga das redes nacionais e melhorar as ligações entre as energias produzidas ao largo e em terra;			
(c) A investigação, o desenvolvimento e a demonstração de tecnologias para a construção e a manutenção de instalações de energia renovável (eólica, ondo motriz, mare motriz e bio mássica) ao largo, incluindo a integração com instalações de dessalinização e plataformas marítimas polivalentes;					
(d) O aproveitamento das condições geológicas, oceanográficas e meteorológicas específicas das regiões ultraperiféricas do Atlântico, com o objetivo de as ajudar a atingir a autossuficiência energética e os objetivos de redução das emissões de carbono.					
3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 – Promover a cooperação entre portos				
Facilitar o desenvolvimento dos portos enquanto placas giratórias da «economia azul»:	(a) Facilitando a modernização das infraestruturas a fim de melhorar as ligações com o <i>hinterland</i> , reforçar a intermodalidade e reduzir o tempo de rotação dos navios, através de medidas como o fornecimento aos navios de eletricidade da rede terrestre, o				

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)
Prioridades	Objetivos específicos		
		equipamento dos portos com postos de abastecimento de gás natural liquefeito e a diminuição dos estrangulamentos administrativos; (b) Permitindo a diversificação dos portos em novas atividades, como a manutenção de instalações de produção de energia renovável ao largo ou o turismo; (c) Analisando e promovendo redes portuárias e rotas marítimas de curta distância entre os portos europeus, nos arquipélagos e até à costa de África, através de iniciativas como as autoestradas do mar, para aumentar o tráfego marítimo.	• Prioridade Investimento 7.3 - Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 – Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica		
	Intercâmbio das melhores práticas em matéria de promoção da saúde, inclusão social e bem-estar das populações costeiras e elaboração de indicadores socioeconómicos no domínio marinho adequados e utilizáveis para avaliar, comparar e seguir a evolução da «economia azul».		
	4.2 – Preservar e promover o património cultural do Atlântico		Espaço Atlântico (projetos em que Portugal participe):
	Combater a sazonalidade e melhorar as perspetivas das PME, através da diversificação dos produtos do turismo marítimo e costeiro e do desenvolvimento de mercados de nicho, investindo:	(a) Nos desportos marítimos, em marinas e em atividades de lazer;	Prioridade 4. Reforçar a biodiversidade e o património natural e cultural
		(b) Em serviços portuários, incluindo serviços aos passageiros de cruzeiros;	• Objetivo 4.2 - Valorizar os ativos e património natural e cultural para estimular o desenvolvimento económico
		(c) Na identificação e promoção das atrações naturais e culturais da orla marítima atlântica, como a pesca artesanal, a gastronomia local e o património marítimo;	
(d) Na proteção e recuperação de atrações turísticas, nomeadamente atrações culturais costeiras e subaquáticas e sítios do património marítimo com valor arqueológico, ecológico ou histórico.		MAC (projetos em que Portugal participe):	
		Objetivo Temático 6 • Prioridade Investimento 6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	
		PO financiados pelos Fundos da Política de Coesão:	
		Objetivo Temático 6 • Prioridade Investimento 6.3 - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	
		Objetivo Temático 9 <i>(apenas projetos inseridos em DLBC Costeiras)</i> • Prioridade Investimento 9.6 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária • Prioridade Investimento 9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	
		NOTA: <i>devem ser consideradas aqui as CAE de Turismo Costeiro referentes à atividade de alojamento e para os estabelecimentos incluídos na lista de freguesias classificadas pelo INE como freguesias costeiras. As CAE a incluir na análise do turismo costeiro são as seguintes: 5511 Estabelecimentos hoteleiros com restaurante; 5512 Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante; 5520 Residências para férias e outros alojamentos de curta duração; 5530 Parques de campismo e de caravanismo; 5590 Outros locais de alojamento. No que respeita às freguesias a incluir na análise do turismo costeiro, considera-se a lista de freguesias consideradas costeiras pelo INE</i>	
		Objetivo Temático 3 • Prioridades Investimento 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas • Prioridade de Investimento 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização • Prioridade de Investimento 3.3 - Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	
		Objetivo Temático 8 • Prioridades de Investimento 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras • Prioridade de Investimento 8.8 - Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividades por conta própria, microempresas e criação de empresas	
		Objetivo Temático 9 • Prioridade Investimento 9.6 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica			PT2020 + Programas de Cooperação (EA, MAC)
Prioridades	Objetivos específicos		
			• Prioridade Investimento 9.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária PO MAR 2020 / FEAMP: Objetivo temático 8 • número 1 do artigo 62º (<i>Apoio do FEAMP ao desenvolvimento local de base comunitária</i>) • artigo 63º (<i>Execução das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</i>) • artigo 64º (<i>Atividades de cooperação</i>) Objetivo Temático 3 no que respeita a portos - números 1 e 3 do artigo 43º (<i>Portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos</i>); artigo 30º (<i>Diversificação e novas formas de rendimento</i>)

ANEXO V – Realizações contratualizadas nas Operações Mar apoiadas pelo Portugal 2020

Tabela 25 – Realizações contratualizadas pelos Programas Operacionais no conjunto de Operações Mar aprovadas até 31 de dezembro de 2018

DOMÍNIO	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	Quantificação do indicador (contratualizado)	PO
Competitividade e Internacionalização	OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	1.1. Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	Projetos de I&D apoiados	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	355	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; CRESC ALGARVE 2020; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
			Infraestruturas de investigação apoiadas	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	33	COMPETE; NORTE 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; MADEIRA 14-20
			Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	269	COMPETE; NORTE 2020; ALENTEJO; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
		1.2. Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral	Projetos de transferência e utilização de conhecimento	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	0	
			Empresas em cooperação com instituições de investigação	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	66	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; CRESC ALGARVE 2020; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
			Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	12	COMPETE; CENTRO 2020; CRESC ALGARVE 2020; MADEIRA 14-20
			Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	124	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; CRESC ALGARVE 2020; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
			Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	453	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
		2.3. Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	Serviços da Administração Pública apoiados	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	4	COMPETE
	OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura	3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas	Novas empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	125	NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; AÇORES 2020
			Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	125	NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; AÇORES 2020
			Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	156	NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; AÇORES 2020
		3.2 Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Projetos de promoção turística	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	19	NORTE 2020; CRESC ALGARVE 2020
			Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	106	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; CRESC ALGARVE 2020
			Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	114	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO
		3.3. Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	57	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO
			Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	98	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO; CRESC ALGARVE 2020; AÇORES 2020

DOMÍNIO	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	Quantificação do indicador (contratualizado)	PO
		3.4. Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação	Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	957	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; LISBOA 2020; ALENTEJO
			Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	149	AÇORES 2020
			Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	460	AÇORES 2020
		3.5 Promover uma pesca e uma aquicultura inovadora, competitiva e baseadas no conhecimento, e promoção da comercialização e da transformação	Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	48	MAR 2020
			Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	25	MAR 2020
			Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
			Número de projetos no domínio da inovação, dos serviços de aconselhamento e das parcerias com cientistas	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	1	MAR 2020
			N.º de projetos em matéria de inovação, serviços de aconselhamento	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	9	MAR 2020
			Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	17	MAR 2020
			Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	20	MAR 2020
			Número de projetos no domínio das medidas de comercialização e ajuda ao armazenamento	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	15	MAR 2020
			Número de projetos no domínio do tratamento dos resíduos	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	27	MAR 2020
			Número de organizações de produtores ou associações de organizações de produtores que beneficiam de apoio para planos de produção e comercialização	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	7	MAR 2020
	OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas	7.3. Desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transportes ecológicos e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos e as ligações multimodais	Portos não RTE -T intervencionados	Realização	SI FEEI	N.º	FC/FEDER	4	COMPETE
			Navios adquiridos	Realização	SI FEEI	N.º	FC/FEDER (RA)	1	AÇORES 2020
	OT 8 - Promover a sustentabilidade e qualidade	8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Pessoal altamente qualificado contratado	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	3	CENTRO 2020

DOMÍNIO	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	Quantificação do indicador (contratualizado)	PO
	do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores		Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	411	COMPETE; NORTE 2020; CENTRO 2020; ALENTEJO
			PME apoiadas em programas de formação - ação	Realização	SI FEEI	N.º	FSE		
		Promoção do capital humano	Número de projetos no domínio da promoção do capital humano da aquicultura em geral e novos aquicultores	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP		
			Número de projetos no domínio da promoção do capital humano e do diálogo social, diversificação e novas formas de rendimento, apoio ao arranque de atividade/criação de empresas para pescadores e saúde/segurança	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP		
	OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública	11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	Realização	SI FEEI	N.º	FSE		
Inclusão Social e Emprego	OT 8 - Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	13	CENTRO 2020
		8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Participantes desempregados, incluindo DLD, na formação	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	89	PO ISE
		8.8. Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	12	CENTRO 2020; ALENTEJO
			Aumento do emprego em empresas apoiadas	Realização	SI FEEI	ETI	FEDER	23	CENTRO 2020
		Aumentar o emprego e a coesão territorial (Gal - pesca)	Número de projetos de cooperação	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
	OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	9.6. Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER / FSE (Centro)	34	CENTRO 2020; ALENTEJO
		9.10 Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária e Aumentar o emprego e coesão territorial (Gal - pesca)	Estratégias DLBC apoiadas	Realização	SI FEEI	N.º	FEDER	5	NORTE 2020; CENTRO 2020; ALENTEJO
Capital Humano	OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos	Estudantes apoiados pela ação social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Realização	SI FEEI	%	FSE	1.183	PO CH
			Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	1.623	NORTE 2020; CENTRO 2020
			Bolseiros de doutoramento apoiados	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	2.709	PO CH; NORTE 2020; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
		10.3. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	301	PO CH
			Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	0	

DOMÍNIO	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	Quantificação do indicador (contratualizado)	PO
		10.4 – Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	552	PO CH; AÇORES 2020; MADEIRA 14-20
			Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	Realização	SI FEEI	N.º	FSE	184	NORTE 2020
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	OT 4. Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	4.1. A promoção da produção e distribuição de fontes de energia renováveis	Capacidade suplementar de produção de energia renovável	Realização	SI FEEI	MW	FC/FEDER (RA)	0	
			Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Realização	SI FEEI	Toneladas de CO2 equivalente	FC/ FEDER	0	
		Contribuir para a atenuação dos efeitos das alterações climáticas - aumentar a eficiência energética	Número de projetos no domínio da eficiência energética e atenuação das alterações climáticas	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	9	MAR 2020
			Número de projetos no domínio da substituição ou modernização de motores	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	34	MAR 2020
			Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
		OT 5. Promover a adaptação às alterações climáticas e à prevenção e gestão de riscos	Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos	Realização	SI FEEI	N.º	FC	28	PO SEUR
			Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	Realização	SI FEEI	N.º	FC	7	PO SEUR
			Ações de Divulgação dos instrumentos planeamento, de Sensibilização riscos associados às alterações climáticas e de Promoção de boas práticas	Realização	SI FEEI	N.º	FC	46	PO SEUR
			Sistemas de Informação, Modelação e Censurização, Previsão e Alerta desenvolvidos ou modernizados	Realização	SI FEEI	N.º	FC	1	PO SEUR
			Equipamentos integrados em Sistemas de Informação Desenvolvidos ou Modernizados	Realização	SI FEEI	N.º	FC	1	PO SEUR
			Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Realização	SI FEEI	Km	FC/FEDER (RA)	68	PO SEUR; AÇORES 2020
			Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	Realização	SI FEEI	N.º	FC	20	PO SEUR
			Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Realização	SI FEEI	N.º	FC	4	PO SEUR
			Equipamentos integrados em sistemas de informação e monitorização desenvolvidos/implementados	Realização	SI FEEI	N.º	FC	31	PO SEUR
	OT 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	6.3. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	Realização	SI FEEI	Visitantes/ano	FC / FEDER	387.808	NORTE 2020; CENTRO 2020; ALENTEJO; MADEIRA 14-20

DOMÍNIO	Objetivos Temáticos	Prioridades de Investimento	Nome do Indicador	Tipo de indicador	Fonte de dados	Unidade de medida	Fundo	Quantificação do indicador (contratualizado)	PO
		6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	Espécies e Habitats Protegidos abrangidos por ações de melhoria do conhecimento	Realização	SI FEEI	N.º	FC	13	PO SEUR
			Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Realização	SI FEEI	Hectares	FC/FEDER (RA)	12.628	PO SEUR; AÇORES 2020
			Instrumentos de planeamento e gestão elaborados, avaliados ou revistos	Realização	SI FEEI	N.º	FC	2	PO SEUR
			Sistemas de Informação e Monitorização e Portais Eletrónicos desenvolvidos ou modernizados	Realização	SI FEEI	N.º	FC	3	PO SEUR
		Promover uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes em termos de recursos	Número de projetos no domínio das medidas de conservação, redução do impacto da pesca no ambiente e adaptação da pesca à proteção das espécies	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
			Número de projetos no domínio da proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	24	MAR 2020
			Número de projetos no domínio do valor acrescentado, qualidade, utilização das capturas indesejadas e portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	2	MAR 2020
			Número de projetos no domínio dos investimentos produtivos na aquicultura	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
			Número de projetos no domínio do aumento do potencial dos sítios aquícolas e medidas relativas à saúde pública e animal	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	2	MAR 2020
			Número de projetos no domínio da limitação do impacto da aquicultura no meio marinho (ecogestão, regimes de auditoria, serviços ambientais ligados à aquicultura biológica)	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	0	
		Fomentar a execução da PCP	Número de projetos no domínio do apoio da recolha, gestão e utilização de dados	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	2	MAR 2020
			Número de projetos no domínio da execução do regime de controlo, inspeção e execução da União	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	5	MAR 2020
		Fomentar a execução da Política Marítima Integrada, nomeadamente através da partilha de informação marítima	Número de projetos no domínio da integração da vigilância marítima	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	7	MAR 2020
			Número de projetos no domínio da proteção do meio marinho e melhoria do conhecimento nessa matéria	Realização	SI FEEI	N.º	FEAMP	1	MAR 2020

Fonte: Dados fornecidos pelos Programas Operacionais

Monitorização do ITI Mar 2018

Monitorização Integrada da utilização dos Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento no Mar

